

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS -
APOIO E LUTA POR JUSTIÇA: ESTUDO
DO CASO DA USINA HIDRELÉTRICA
DONA FRANCISCA, RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

SAMUEL ANTÔNIO FOLGIARINI MOREIRA

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - APOIO
E LUTA POR JUSTIÇA: ESTUDO DO CASO DA USINA
HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA, RS**

Samuel Antônio Folgiarini Moreira

Monografia apresentada ao curso de Especialização em História do Brasil do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil.**

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Especialização em História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - APOIO E
LUTA POR JUSTIÇA: ESTUDO DO CASO DA USINA
HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA, RS**

Elaborada por
Samuel Antônio Folgiarini Moreira

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Moacir Bolzan, Dr. (UFSM)

Cícero Santiago de Oliveira, Me. (8ª CRE)

Santa Maria, 28 de novembro de 2014.

Muito mais além...

*Senhor, peço licença
Para uma historia contar,
Diante de tudo que vimos
Algo vamos destacar.
Nas bandas de Sobradinho
Vimos a contradição
De um lado está o povo
Do outro a tal modernização.
Que para gerar energia
Expulsou comunidades
E deixou o povo a toa.
Lá em brejo de fora
Isso não posso esquecer
Dona **Delita** mulher sofrida
Com a barragem viu tudo se perder.
Povo pobre que sofre
Em busca de melhorias
Pessoas inocentes sofrem
Na mais pura covardia.
Hoje estamos aqui
Para experiências trocar
Juntos aos movimentos
Para a luta unificar
Somamos todas as forças
Para os direitos conquistar.
(MAB - VSF)*

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Jeni Folgiarini e Laurindo Moreira*,
pelo exemplo de vida, trabalho e luta por justiça.
(*in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, minha gratidão à Deus pela concretização deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Ao orientador, Professor Diorge Alceno Konrad, pela orientação e compreensão das minhas limitações.

À Banca Examinadora, pelas contribuições na elaboração do trabalho.

Aos professores do Curso de Especialização em História do Brasil, por compartilhar seus conhecimentos.

Aos colegas da Especialização.

Aos autores cujos trabalhos serviram como referência para minha pesquisa.

Àqueles que participaram das entrevistas e que com hospitalidade e gentileza me receberam em suas casas e colaboraram para que a pesquisa se concretizasse. Especialmente, ao Sr. Geni Augusto Andrioli, pela presteza na colaboração e pelas importantes informações apresentadas.

Aos meus familiares, pelo incentivo e auxílio na pesquisa.

Agradecimento especial a minha companheira Graziela, pelo amor, dedicação e paciência. Pelo incansável apoio e incentivo desde o início do curso. Pelos longos debates sobre assuntos pertinentes para a pesquisa. Pela leitura atenta deste trabalho e suas importantes e amáveis sugestões.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - APOIO E LUTA POR JUSTIÇA: ESTUDO DO CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA, RS

AUTOR: SAMUEL ANTONIO FOLGIARINI MOREIRA

ORIENTADOR: DIORGE ALCENO KONRAD

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 28 de novembro de 2014.

Com este trabalho, buscou-se investigar a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) junto à Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF). Com a construção de usinas hidrelétricas atende-se a demanda de energia elétrica da sociedade, mas, em contrapartida, há a inundação de vastas áreas de terras, expulsando milhares de pessoas atingidas pelos empreendimentos. Com sua luta, o MAB busca a utilização de novos modelos políticos para a desapropriação das terras, indenizações mais justas e uma produção mais “limpa” de energia. A História do movimento foi marcada pela resistência à desocupação e objetiva uma política energética que atenda aos anseios da população sem prejudicar uma minoria. Frente a este contexto, o presente trabalho monográfico se propôs a investigar o processo de implantação da UHDF (1999–2001) e o processo de desapropriação e indenização dos atingidos pelo reservatório, sob a perspectiva de organização popular liderada pelo MAB. Para atingir os objetivos da pesquisa, utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, realizada através de entrevistas orais semiestruturadas, as quais contribuíram significativamente com o objetivo da pesquisa.

Palavras-chave: Movimento dos Atingidos por Barragens; Usina Hidrelétrica Dona Francisca; Luta por Direitos; Movimentos Sociais; História; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Graduate Studies Program in History
Federal University of Santa Maria

BRAZILIAN MOVEMENT OF DAM-AFFECTED PEOPLE - SUPPORT AND FIGHT FOR JUSTICE: CASE STUDY OF THE HYDROELECTRIC POWER PLANT IN DONA FRANCISCA, RS

AUTHOR: SAMUEL ANTONIO FOLGIARINI MOREIRA

ADVISOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

Place and Date of Defense: Santa Maria, November 28, 2014

With this study, the investigation of the actions of the Brazilian Movement of Dam-Affected (MAB) at the Dona Francisca Hydroelectric Power Plant (UHDF) was pursued. The construction of hydroelectric power plants meets society's demand for electric power, but, on the other hand, the flooding of many areas occurs, expelling thousands of people affected by the ventures. With its fight, MAB has sought the use of new political models for the expropriation of land, fairer monetary compensations and a "cleaner" energy production. The History of the movement was marked by the resistance to vacate the areas and targets an energetic policy that attends the needs of the population without affecting a minority. Because of this context, the present monographic study proposes to investigate the implementation process of UHDF (1999-2001) and the expropriation and monetary compensation process of the affected by the reservoir, by means of a popular organization led by MAB. To achieve the goals of the research, bibliographic and field research were used, through semi-structured oral interviews, which significantly contributed to the goals of the research.

Key words: Brazilian Movement of Dam-Affected People; Dona Francisca Hydroelectric Power Plant; Fight for Rights; Social Movements; History; Rio Grande do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Localização da UHDF (Figuras A e B).....	23
Figura 02 - Vista panorâmica - início das obras (1998).....	28
Figura 03 - Vista panorâmica - UHDF (2001).....	28
Figura 04 - Vista panorâmica da UHDF e parte da bacia de acumulação.....	28
Figura 05 - Organograma MAB.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica

CELESCS - Centrais Elétricas de Santa Catarina

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

CMB - Comissão mundial de Barragens

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DFESA - Dona Francisca Energética S/A

DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil

ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção ambiental

ICDRP - Comitê Internacional Contra Barragens Pelos Rio e Pelos Povos

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MST - Movimento dos Sem Terra

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBA - Programa Básico Ambiental

RIMA - Relatório de Impacto Ambienta

UH - Usina Hidrelétrica

UHDF - Usina Hidrelétrica de Dona Francisca.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	69
Apêndice B - Proposta de roteiro para entrevista semiestruturada.....	71

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 (A e B) - Ocupação do canteiro de obras da UHDF.....	73
Anexo 02 - Panfleto de divulgação do MAB.....	74
Anexo 03 (A) – Relatório Individual da propriedade.....	75
Anexo 03 (B) – Relatório Individual da propriedade.....	76
Anexo 04 – Fotografia.....	77
Anexo 05 – Fotografia.....	78
Anexo 06 – Fotografia.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL	19
1.1 A Usina Hidrelétrica Dona Francisca	23
1.1.1 A área atingida pela Usina.....	23
1.1.2 Construção da UHDF	25
2. MOVIMENTOS SOCIAIS	30
2.1 MAB: um Movimento Autônomo	34
3. O MAB EM BUSCA DOS DIREITOS DOS ATINGIDOS – CASO DA UHDF	40
3.1 O Uso da História Oral no Contexto da Pesquisa	40
3.2 A Formação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Usina Hidrelétrica Dona Francisca	42
3.2.1 A perspectiva dos responsáveis pela atuação do MAB na Região da UHDF	42
3.2.2 A perspectiva dos líderes locais formados pelo MAB	52
3.2.3 Indenização e reassentamento dos atingidos	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	70
ANEXOS	74

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil se destaca pelo aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de energia através de usinas hidrelétricas. A utilização desse potencial hídrico prevê a construção de imensas barragens e acaba revelando um grande conflito, pois, além de acarretar o desequilíbrio ambiental de diversas regiões, esses empreendimentos provocam a remoção de comunidades inteiras de seus locais de origem.

A Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) é um exemplo desses empreendimentos e, assim como os demais, apresentou diversos conflitos em torno de sua construção. O presente estudo parte da hipótese de que o processo de desapropriação para a construção de uma usina traz vários prejuízos para a população expropriada. Nesse sentido, a proposta principal deste trabalho monográfico é investigar a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹ junto aos agricultores desapropriados pela UHDF, sendo que este movimento social auxiliou as famílias atingidas no processo de negociação e indenização, objetivando um processo de implantação menos injusto.

Justificativa

A escolha dessa temática para pesquisa partiu, em primeiro lugar, de um assunto importante e atual, que envolve tanto a busca por direitos pelos cidadãos quanto à necessidade de produção de energia elétrica devido ao aumento de consumo pela sociedade. Diante desse quadro, apresenta-se um conflito que deve ser tratado considerando as demandas de ambos os lados. A grande expansão do setor elétrico no Brasil nas últimas décadas, por meio das usinas hidrelétricas, tem apresentado situações conflituosas, suscitando questionamentos quanto à capacidade de grandes projetos hidrelétricos servirem ao desenvolvimento das regiões em que se inserem, uma vez que são recorrentes situações de degradação ambiental e instabilidade

¹ O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB – é um movimento popular, de massa, que visa organizar toda a população atingida ou ameaçada para lutarem contra a construção de grandes barragens e pela garantia dos seus direitos, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético. É um movimento popular autônomo que surge contrapondo-se ao modelo do setor elétrico, visando esclarecer e organizar os atingidos pelas barragens sem fronteiras de Estados ou países, sem distinção de cor, sexo, religião ou opção político partidária. Os integrantes do Movimento são na sua grande maioria pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terra (meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros ...), povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores. O MAB articula os interesses dos atingidos frente as empresas, autoridades, Estado e outras entidades que de alguma forma estejam envolvidos na questão. A luta é incentivada como processo no qual os atingidos vão tomando consciência de sua situação, participando integralmente de sua organização e decidindo com responsabilidade sobre o seu destino coletivo (VAINER, 2002, p. 18-19).

socioeconômica, além do deslocamento compulsório da população afetada pelo reservatório. As experiências de transformações sociais e ambientais negativas nas regiões receptoras de grandes barragens influenciaram para a mobilização das populações atingidas através de organizações que tem como projeto a busca de seus direitos. Nessa conjuntura surge o MAB, orientando e organizando a população para que juntos busquem alternativas que minimizem os impactos negativos decorrentes da expropriação. Vale ressaltar que, apesar da construção da UHDF e suas várias implicações no campo social e ambiental já tenham sido estudadas pela academia, percebeu-se uma lacuna quanto ao relato do apoio do MAB e da atuação da própria população atingida. Assim sendo, este trabalho busca “dar voz” àqueles que participaram daquele processo, valorizando a atuação e as experiências dessas pessoas.

A escolha por este tema de pesquisa também advém de um interesse pessoal do autor deste trabalho em sistematizar informações a respeito do processo de desapropriação ocorrida com a implantação da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Naquela ocasião, o autor e sua família também foram atingidos pela barragem e tiveram que desocupar a área na qual viviam e que, atualmente, encontra-se submersa no reservatório. Além disso, alguns dos seus familiares acompanharam ativamente o processo de organização da população em busca dos direitos das famílias desapropriadas, sob orientação de um representante do MAB.

Objetivos

Investigar o processo de desapropriação e indenização dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, sob a perspectiva de organização popular liderada pelo MAB, buscando sistematizar as informações fornecidas por pessoas envolvidas no processo. Nesse sentido, os objetivos específicos são:

- a) Descrever o processo histórico sobre a construção de barragens para fins hidrelétricos no Brasil;
- b) Abordar a História da construção da UHDF;
- c) Identificar o MAB enquanto movimento social;
- d) Referir e compreender o processo de colaboração do MAB naquela Região;

Os métodos e as fontes de pesquisa

A pesquisa é um inquérito ou exame cuidadoso para descobrir novas informações ou ampliar algum conhecimento existente. Seguindo esse princípio, a pesquisa pode ser vista como uma forma de observar e explicar fatos a respeito dos quais o homem necessita ampliar sua compreensão ou testar a compreensão que já possui a respeito destes fatos (GRESSLER, 2007).

Antonio Carlos Gil (2002) sugere classificar as pesquisas científicas com base nos objetivos. Ele classifica as pesquisas em três grupos: exploratória, descritiva e explicativa. Para o autor, a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com algum problema e normalmente envolvem: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema estudado e a análise de exemplos. As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinado fenômeno. De acordo com o autor, são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas principais características está no emprego de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário e a observação sistemática. Segundo essa categorização, este estudo pode ser classificado como sendo de natureza exploratória e descritiva. As pesquisas explicativas, por sua vez, visam identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. “Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda no conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p. 42).

A fim de atingir os objetivos de uma pesquisa científica, é importante considerar as fontes de informação. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, Gil (2002) divide os procedimentos em dois grupos, as chamadas fontes em “papel” (pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental) e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. Partindo dos objetivos propostos nesta pesquisa, as fontes de informação utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo, através de entrevistas orais.

Na fase de pesquisa bibliográfica, buscaram-se dados sobre o processo de formação do modelo energético do País, sobre o processo de construção da UHDF e a legislação referente à desocupação e indenização das famílias desapropriadas. Na sequência, realizou-se um estudo sobre o histórico e os objetivos do MAB. Nessas etapas foram utilizados livros impressos, artigos científicos, trabalhos de pós-graduação, o *website* do MAB e publicações do Movimento. Salienta-se ainda que foram utilizadas reportagens de jornais que abordaram a

construção da usina, acessadas diretamente nos acervos disponibilizados nos *websites* dos respectivos jornais.

Para a realização da pesquisa de campo, o pesquisador deve considerar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para estudo e uma cuidadosa apresentação da proposta, buscando a colaboração do grupo envolvido. A aproximação pode ser facilitada através de moradores já conhecidos ou de pessoas que mantêm algum laço com os sujeitos a serem pesquisados (MINAYO, 2011). Nesse sentido, destaca-se que, neste caso, o autor e entrevistador foi um dos atingidos pela instalação da barragem e conhece o processo de desocupação, proporcionando maior familiaridade com as pessoas entrevistadas.

Uma entrevista consiste no encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. O entrevistado discorre sobre o tema proposto pelo entrevistador com base nas informações que ele detém e que no fundo é a verdadeira razão da entrevista (LAKATOS; MARCONI, 1994). Não se trata, porém, de uma simples conversa, mas, sim, uma conversa orientada para um objetivo. A entrevista semiestruturada é construída em torno de um corpo de questões do qual o entrevistador parte para uma exploração de profundidade (GRESSLER, 2007). Neste tipo de entrevista, há maior liberdade para o informante se manifestar. O entrevistado dirige a conversa para o tema, mas dispõe de flexibilidade para que o entrevistado comente aqueles aspectos que acha mais importante.

A respeito da utilização de entrevistas como fonte de informações, é importante ter consciência de que essa fonte é resultado de um diálogo entre duas pessoas, onde as escolhas feitas pelo pesquisador ao abordar o entrevistado, o modo como ele conduz a entrevista, tudo isso influencia no trabalho final.

Seguindo essas orientações, a segunda fase do trabalho consistiu em um estudo de campo, sendo que o método de pesquisa utilizado foi a entrevista oral semiestruturada (Apêndice B). Assim, foram realizadas entrevistas orais com os principais líderes locais que participaram do processo de negociação acerca das indenizações e com o representante enviado pelo MAB, o qual auxiliou na organização da população local e na reivindicação dos seus direitos.² Assim, foram entrevistadas cinco (05) pessoas, sendo elas: Jeni Folgiarini (aposentada, residente em Julião de Castilhos/RS), Geni Andrioli (agricultor, residente em

² Todos os participantes entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ver Apêndice A).

São José do Cerrito/SC), Elso Machado Moreira (agricultor, residente em Pinhal Grande/RS), José Carlos Moreira (comerciante, Tupanciretã/RS) e Elio Nereu Dias Pereira (agricultor, Tupanciretã/RS). Com o conhecimento e consentimento dos entrevistados, todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na totalidade. Após leitura e análise desses textos, foram selecionadas as partes consideradas mais relevantes sobre o tema para a produção deste trabalho. Salienta-se que muitos entrevistados cederam fotografias e vídeos em VHS para a pesquisa. Algumas dessas fotografias foram utilizadas neste trabalho com o propósito de ilustrar fatos importantes daquele período.

Estrutura da monografia

Em termos estruturais, este trabalho está organizado em cinco partes. A introdução contempla a justificativa, os objetivos (geral e específicos), os métodos e fontes de pesquisa e, para finalizar, a estrutura da monografia, em que se explana a sequência dos capítulos do texto.

A segunda parte, intitulada “Construção de usinas hidrelétricas no Brasil”, aborda o contexto historiográfico da produção de energia hidrelétrica no Brasil e o processo de implantação da Usina Hidrelétrica Dona Francisca.

A terceira parte, intitulada “Movimentos sociais”, contempla o processo de formação dos movimentos sociais no Brasil e a formação do MAB.

A quarta parte, intitulada “O MAB em busca dos direitos dos atingidos – caso da UHDF”, apresenta a luta dos desapropriados pela usina a partir das entrevistas realizadas com lideranças locais e com o representante enviado pelo MAB para a Região. Esse capítulo objetiva demonstrar como o MAB atua na transformação da realidade existente e na garantia dos direitos dos atingidos por barragens, através do estudo do caso da Usina Hidrelétrica Dona Francisca.

Nas considerações finais, retomam-se as principais contribuições de cada capítulo ao conjunto do estudo. Essa parte ratifica as importantes contribuições do MAB no processo de desocupação e indenização da população atingida por aquele empreendimento. Ressalta-se, porém, que este assunto fica em aberto para novas pesquisas, pois não se esgotaram os debates em torno da temática.

1. CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL

Considerando o principal objetivo deste trabalho, o presente capítulo apresenta um breve histórico da produção de energia hidrelétrica no Brasil até chegar à atualidade. A História da construção das hidrelétricas no País iniciou no estado de Minas Gerais, com a criação da primeira unidade de energia hidrelétrica do Brasil, a Usina de Ribeirão do Inferno, em Diamantina, em 1883. Tratava-se de um experimento do engenheiro Arthur Thiré e utilizava uma queda de água de cinco metros de altura. A energia produzida era usada a dois quilômetros de distância, através de uma linha de transmissão considerada bastante extensa para a época.³

Em 1900, a capacidade instalada por usinas hidrelétricas correspondia a 46% da capacidade total de produção de energia instalada no País. Dez anos mais tarde, com a viabilidade técnica de grandes unidades geradoras de energia hidrelétrica, da construção de barragens e das linhas de transmissão de eletricidade, 86% da capacidade instalada era de origem hidráulica (PINHEIRO, 2007, p. 06).

Até 1929, os investimentos para a geração e a transmissão de energia advinham de capital estrangeiro e de grupos privados nacionais.⁴ Segundo Uczai (2007, *apud* KUCZKOWSKI, 2007, p. 275), a partir de 1930, “o Governo Federal começou regulamentar as atividades de produção e fornecimento de energia elétrica, anteriormente sob jurisdição dos estados e municípios”.

Em 1931, ocorreu a primeira definição do poder concedente da União no campo da energia elétrica, através do Decreto nº 20.395, de 15 de setembro, que determinava a suspensão de todos os atos de alienação, oneração, promessa ou início de transferência de cursos perenes ou quedas d’água.⁵

Em 1934, foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral, que tinha a missão de acompanhar a exploração de energia hidrelétrica. Durante a década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, empresas estatais de produção de energia elétrica foram financiadas por recursos federais e promoviam a ampliação da capacidade instalada. Enquanto isso, as empresas privadas atuavam na distribuição. Assim, o Estado ficou com a função de ampliar a produção de energia, e as empresas privadas, com sua distribuição (PINHEIRO, 2007, p. 07).

³ Disponível em <http://www.memoriadaeletricidade.com.br>. Acesso em: 02 nov. 2014.

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

Esse sistema se manteve até 1962, quando foi instalada a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS), prevista na legislação desde 1954. Sua criação constituiu um importante marco para a intensificação do aproveitamento de energia oriunda das hidrelétricas. A Eletrobrás

recebeu a atribuição de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do país. A nova empresa passou a contribuir decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e o desenvolvimento do país.⁶

A crescente industrialização e urbanização demandava maior expansão da produção de energia elétrica e, para tanto, exigia grande mobilização de recursos. A demanda por energia elétrica começou a ultrapassar as estimativas de oferta proporcionadas pelas empresas de capital estrangeiro (PINHEIRO, 2007, p. 08).

O modelo estatal de grandes hidrelétricas surgiu a partir de 1960, quando o governo brasileiro, juntamente com o Banco Mundial e com o Fundo Especial das Nações Unidas, contratou a consultoria do Consórcio Canadense - Canambra, que realizou o primeiro levantamento do potencial hidrelétrico. De acordo com Pinheiro, dessa pesquisa

saiu um primeiro levantamento sistemático dos potenciais hidrelétricos dos rios das regiões Sudeste e Sul e a sugestão de um conjunto de obras de hidrelétricas e linhas de transmissão de energia elétrica. A proposta de expansão da indústria elétrica tinha como uma de suas características o aproveitamento de um conjunto de projetos hidrelétricos a fim de combinar aproveitamentos de uma mesma bacia hidrográfica (2007, p. 08).

De acordo com Locatelli, os programas de desenvolvimento sugeridos por agências como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional apresentaram soluções para modernizar as instituições sociais e políticas e a área de infraestrutura do País. O diagnóstico apresentado foi de que somente um processo maciço poderia romper com o subdesenvolvimento. Nessa perspectiva, áreas naturais preservadas nos países do chamado Terceiro Mundo foram consideradas espaços subutilizados que representavam o subdesenvolvimento da nação, “logo [eram] passíveis de apropriação por grandes projetos” (2014, p. 83-84).

Cabe ressaltar que a enorme quantidade de rios passíveis de aproveitamento na geração de energia, juntamente com a crise do petróleo e a baixa qualidade do carvão mineral

⁶ Disponível em <http://www.eletrobras.com/elb/data/Pages/LUMISB33DBED6PTBRIE.htm>. Acesso em: 02 nov. 2014.

nacional para aproveitamento energético, lançou o País num intenso aproveitamento do potencial hidroelétrico. Com isso, grandes investimentos no setor energético foram realizados, vistos como geradores de progresso econômico, trazendo retorno para as economias do capitalismo mesmo que, por outro lado, acarretassem em aprofundamento da dependência econômica. Nesse sentido,

A opção do governo federal pelas hidrelétricas acentuou-se com as crises do petróleo de 1973 e 1979, que colocaram em xeque a dependência dos combustíveis fósseis, e materializou-se com a efetiva construção de grandes usinas como Itaipu, Tucuruvi e Serra da Mesa, entre outras, bem como a interligação do sistema elétrico nacional (LOCATELLI, 2014, p. 98).

Entretanto, parte dos projetos energéticos foi abortada em virtude da ampliação da dívida externa decorrente do modelo de desenvolvimento adotado e das crises de petróleo. As estatais que eram utilizadas para captar recursos externos entraram na década de 1980 extremamente endividadas e sem recursos para dar prosseguimento às construções que estavam em andamento. De acordo com Locatelli,

A deterioração da capacidade de investimento do Estado associada às novas exigências da legislação ambiental, que agora previa a reparação dos prejuízos ambientais e dos atingidos, e a crescente organização e oposição da população em um ambiente de redemocratização, contribui para que várias usinas previstas tivessem suas obras paralisadas ou simplesmente não saíssem do papel até os anos 90 (2014, p. 99).

Com o Programa Nacional de Desestatização, no início do governo de Fernando Collor em 1990, iniciou-se o processo de transferência dos serviços públicos para o setor privado no Brasil. A desestatização “tinha como a base a crença numa maior eficiência do setor privado para essas atividades, na incapacidade de investimento do setor público e na necessidade de redução da dívida pública” (BERMANN, 2001, *apud* PINHEIRO, 2007, p. 11).

Locatelli (2014) corrobora sobre esta questão, explanando que, a partir da década de 1990, o Governo Federal optou pela desregulamentação, a privatização do setor elétrico e a adoção de um novo marco regulatório capaz de atrair investimentos externos. Grande parte da área de geração do sistema estatal foi privatizada em 1994, e os pontos hidráulicos não aproveitados até então foram retomados pelo Governo Federal e, posteriormente, leiloados. A partir do governo de Fernando Collor até o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, a estabilidade foi a principal bandeira da política econômica.

Com o acelerado crescimento da demanda e a falta de investimentos em nova capacidade de geração e transmissão ocorreram sucessivos blecautes, que provocaram o racionamento de energia em 2001, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Tal crise continuou sendo utilizada como argumento favorável à expansão do sistema hidrelétrico até o presente momento (PINHEIRO, 2007, p. 18).

A partir do governo de Luís Inácio “Lula” da Silva, o Ministério de Minas e Energia passou a reavaliar o marco regulatório feito durante o período das privatizações. Com isso, no primeiro mandato do presidente Lula elaborou-se um novo marco regulatório e o Estado resgatou o papel central das decisões do setor por meio de políticas energéticas, regulação, planejamento e novas instituições. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), entre 2007 a 2010, a área de energia elétrica foi a terceira mais importante dos planos de investimento do governo federal, com cerca de 15% dos recursos do Programa (LOCATELLI, 2014, p. 104).

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 2010, 2.209 empreendimentos de geração de energia estavam em operação no Brasil, sendo que destas, 75,3% eram provenientes de hidrelétricas, com 160 de grande e médio porte e 333 pequenas centrais elétricas. As metas do Estado prevêem que a ampliação do sistema hidrelétrico continuará, apesar das dificuldades. Está prevista no Plano Decenal de Energia (2011-2020) a construção de 24 grandes usinas até 2019 (LOCATELLI, 2014, p. 105-106).

Locatelli (2014) destaca que considerando as consequências políticas, econômicas e sociais da preferência do Estado pela produção de energia elétrica através de usinas, observa-se a formação de duas visões e grupos de atores em torno desses projetos: os partidários do desenvolvimento em seu sentido liberal e os críticos a esse processo. De forma geral,

[...] Os partidários das barragens apontam para a necessidade de desenvolvimento social e econômico que as barragens visam satisfazer, como a irrigação, a geração de eletricidade, o controle de inundações e o fornecimento de água potável. Os oponentes ressaltam os impactos adversos das represas, como o aumento do endividamento, o estouro dos orçamentos, o deslocamento e o empobrecimento de populações, a destruições de ecossistemas e recursos pesqueiros importantes e a divisão desigual dos custos e dos benefícios (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000, *apud* LOCATELLI, 2014, p. 106-107).

A construção das hidrelétricas provocou, primeiramente, reações isoladas das populações atingidas. Mais tarde, outros grupos também passaram a questionar a construção desses empreendimentos, como os movimentos sociais, os sindicatos, as igrejas, as

universidades e as ONGs dos campos social e ambiental no Brasil e no exterior. De acordo com Locatelli,

Essas instituições são capazes de apresentar as falhas e contradições dos discursos e das práticas do outro grupo nos campos econômico, científico, da comunicação e da política, bem como apresentar alternativas de desenvolvimento e geração de energia e, em muitos casos, mobilizar a população (2014, p. 108-109).

Dentro desse contexto nacional de produção de energia através de usinas hidrelétricas, foi construída a UHDF. Apresenta-se a seguir um breve histórico de sua construção.

1.1A Usina Hidrelétrica Dona Francisca

A Usina Hidrelétrica Dona Francisca foi construída sobre o Rio Jacuí, no estado do Rio Grande do Sul. Ela entrou em operação em 2001 e possui potência efetiva de 125MW.

1.1.1 A área atingida pela Usina

A UHDF foi construída na Região Central do Rio Grande do Sul e é o quinto aproveitamento energético no decurso do Rio Jacuí.

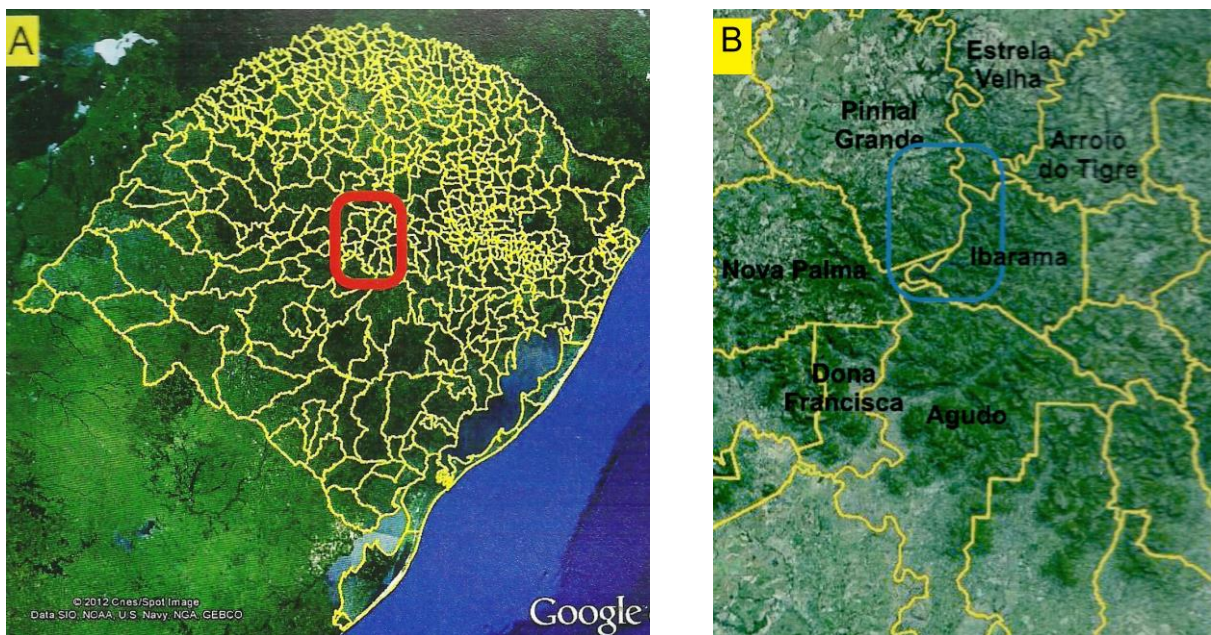


Figura 01- Localização da UHDF: Aspecto da divisão municipal do Estado do Rio Grande do Sul (A); municípios abrangidos pelo empreendimento (B). Fonte: Adaptado de Google Earth (*apud* NOAL, 2012, p. 82).

Para a implantação desta usina, estima-se que 2.098 hectares ficaram submersos, atingindo terras dos municípios de Agudo, Nova Palma, Pinhal Grande, Estrela Velha e Arroio do Tigre, como se observa na Figura 01 A e B.

O processo de ocupação da área da Região do Vale do Jacuí aconteceu por volta de 1626, com a implantação de várias reduções jesuíticas que introduziram a agricultura e a pecuária. Após a destruição das reduções pelos bandeirantes paulistas, a Região foi praticamente abandonada, tendo apenas tentames de criação de gado, que, posteriormente, foi um atrativo para a colonização. Na metade do século XIX, incrementou-se o processo de colonização, favorecido na metade do século pela implantação do transporte ferroviário. Na década de 1950, iniciou-se a industrialização dos municípios de colonização alemã, principalmente através do beneficiamento do fumo (NOAL, 2012).

De acordo com Farenzena (2006), a área atingida pelo reservatório da UHDF foi colonizada basicamente por alemães e italianos que passaram a desenvolver a agricultura familiar em pequenas propriedades. Naquela época, o Rio Jacuí já apresentava grande importância na Região, pois servia de principal via para os colonizadores acessarem o interior do estado e tornou-se um condensador da população às suas margens.

Atualmente, a Região formada pelos municípios atingidos pela Usina tem sua base econômica no setor primário, com pequenas propriedades rurais⁷ com mão de obra familiar, destacando-se o cultivo de soja, arroz, fumo, milho, feijão preto e mandioca. Nas encostas mais íngremes, a criação de bovinos, suínos, ovinos e a avicultura, complementa a renda familiar (FARENZENA, 2006, p. 12).

As comunidades atingidas pelo lago da UHDF eram formadas de pequenos agricultores e retiravam seu sustento no cultivo de pequenas lavouras, cujos solos eram de grande fertilidade, conforme demonstrou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (MAGNA ENGENHARIA, 1989, *apud* NOAL, 2012, p. 55). Nesta unidade de mapeamento, foram encontrados os melhores solos da Região, em termos de fertilidade natural. Apresentavam, no entanto, fortes condicionantes ao uso de implementos agrícolas por possuir áreas em declives. Segundo o EIA, através de imagens de satélite e fotografias aéreas, a área afetada pelo reservatório era composta por 57,1% com cultivos agrícolas, 32,8% com vegetação florestal e 10,1% com pastagens (NOAL, 2012).

Observa-se, nesse sentido, que a terra naquela região era - e ainda é - vista como um espaço de trabalho onde ocorre a produção e a reprodução da vida, demonstrando a

⁷ Importa observar que grande parte das propriedades atingidas possuía de 01 a 02 Módulos Fiscais, sendo que cada Módulo - nos municípios atingidos - possui de 20 a 35 ha atualmente.

importância das propriedades para os produtores locais. Nessa região, a terra não é vista como fonte de poder ou riqueza material, fazendo jus ao Estatuto da Terra, que em seu artigo 2º prevê que “a função da propriedade consiste em favorecer o bem-estar dos trabalhadores e familiares, manter os níveis satisfatórios de produtividades, assegurando a conservação dos recursos naturais, e justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam”⁸. Conforme uma das várias concepções defendidas por Gehlen (1994, p. 163), a terra é “um espaço de trabalho, necessário para produção e reprodução da vida, de afirmação social e de realização da cidadania”.

1.1.2 Construção da UHDF

Inserido no cenário energético nacional abordado anteriormente, o estado do Rio Grande do Sul oferecia grande potencial hídrico por possuir duas bacias hidrográficas: a Bacia do Uruguai, com rios que drenam ao Oeste, em destaque o rio Uruguai, que formam o Rio da Prata, na Argentina; e a Bacia do Sudeste, composta por rios que percorrem ao Leste do estado, em destaque o Rio Jacuí, lançando-se ao Oceano Atlântico. Sendo considerado um dos maiores complexos hidrelétricos do Sul, o rio Jacuí possui cinco usinas de geração de energia: Usina Hidrelétrica de Ernestina, Usina Hidrelétrica Passo Real, Usina Hidrelétrica Salto do Jacuí, Usina Hidrelétrica Itaúba e a Usina Hidrelétrica Dona Francisca.

A UHDF está localizada na Região Central do estado do Rio Grande do Sul, na divisa dos municípios de Agudo e Nova Palma, com as coordenadas geográficas 29°26'50" Latitude Sul e 53°16'50" Longitude Oeste (NOAL, 2012, p. 48). O empreendimento é o quinto aproveitamento energético do Rio Jacuí, e seu o reservatório cobriu uma área de 2.098 hectares no entrono do médio curso do Rio (MARQUES, 2005, p. 50).

De acordo com Farenzena (2006, p. 06), as primeiras referências à construção da UHDF ocorrem por volta de 1968. Com o aumento da demanda de energia elétrica, o Governo Estadual, juntamente com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), passou a conduzir estudos para a instalação de novas usinas. Foram realizados os primeiros estudos topográficos, geológicos e energéticos e a definição do eixo da barragem de Dona Francisca. Em 1977, foi realizado o estudo de viabilidade técnico-econômica do empreendimento e, em 1978, foi anunciado o início da construção da barragem.

⁸ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 30 dez. 2014.

Em 1979, foi outorgada a concessão dada à CEEE para o aproveitamento de energia da UHDF, através do decreto 83.767, de em 24 de julho, com prazo de trinta anos (MARQUES, 2005, p. 60). No mesmo ano, foi instalada a infraestrutura para a construção da Usina, sendo “edificadas 600 casas, posto policial, posto bancário, clube recreativo, supermercado, alojamento para operários, quadra de esportes e um hotel” (ZONIN, 1994, p. 70). Tratava-se da infraestrutura retirada do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Passo Real, já concluída.

Porém, a construção da Usina foi afetada pelo cenário nacional, em que o endividamento das estatais deixou o Estado sem capacidade de investimentos. Além disso, a situação foi agravada pelas novas exigências da legislação, que passou a prever a reparação dos prejuízos ambientais e da população atingida. Esse quadro contribuiu “para que várias usinas previstas tivessem suas obras paralisadas, ou simplesmente não saíssem do papel até os anos 90” (LOCATELLI, 2014, p. 99). Por falta de recursos, o projeto de construção da UHDF foi abandonado por volta de 1982 e somente voltou a ser discutido em 1987, com a recontração pela CEEE da Magna Engenharia Ltda. (FARENZENA, 2006, p. 08).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) saíram somente no ano 1989 e a licença de instalação da UHDF foi concedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) em 30 de janeiro de 1991 (NOAL, 2012, p. 60). Essa licença teve que ser renovada anualmente, sendo emitida a licença de operação do empreendimento em 2000 (MARQUES, 2005, p. 61).

Em 1992, foi entregue à FEPAM o Programa Básico Ambiental (PBA), contendo dezesseis programas ambientais e dois sociais. Farenzena destaca que a UHDF “foi a primeira hidrelétrica construída no Rio Grande do Sul em consonância com a moderna legislação ambiental” (2005, p. 08).

Visando dar seguimento à implantação da Usina, foi aprovada a Lei Estadual 11.103, de 28 de janeiro de 1998, a qual autorizava o Poder Executivo a alocar recursos para custear despesas decorrentes de desapropriações.⁹ Esta lei se baseou no Decreto Estadual 37.545, de 08 de julho de 1997, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação seis áreas de terras situadas nos municípios de Agudo, Ibarama, Estrela Velha, Nova Palma, Pinhal Grande e Arroio do Tigre.¹⁰

⁹ Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=7013&hTexto=&Hid_IDNorma=7013>. Acesso em: 30 out. 2014.

¹⁰ Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=8783&hTexto=&Hid_IDNorma=8783>. Acesso em: 30 out. 2014.

A Resolução 117, de 23 Abril de 1998 (ANEEL), homologou o primeiro termo aditivo ao contrato, celebrado entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e o Grupo Industrial Dona Francisca, para implantação e exploração da UHDF, em regime de consórcio.¹¹

Em agosto de 1998, foi constituída a Dona Francisca Energética S/A, “empresa de propósito específico criada com o objetivo de construir a Usina e explorá-la durante 35 anos.”¹² De acordo com Marques (2005, p. 62), o consórcio responsável pela construção da Usina passou a ser chamado juridicamente de Dona Francisca Energética S/A – DFESA, constituída pelas seguintes empresas: Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESCS), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), INEPAR Energia, Santa Felicidade Imp. e Exp. de Produtos Metalúrgicos (empresas do Grupo GERDAU) e Desenvix (do Grupo Engevix Engenharia S/A). Em 22 de julho de 1999, foi assinado o segundo termo aditivo ao contrato de consórcio, após negociação entre o Governo do Estado e a DFESA.

Cumpridos os procedimentos legais, iniciaram-se as atividades de construção da Usina, com a implantação da vila residencial para os funcionários. Os contratos com empresas prestadoras de serviços haviam sido firmados ainda em 1997. Essas empresas terceirizadas realizaram o cadastramento das famílias, o censo socioeconômico, a aerofotogrametria, o orçamento de obras e as ações do meio ambiente, a demarcação das propriedades atingidas e da cota de desapropriação (MARQUES, 2005, p. 61). Segundo Farezena, as obras de construção da barragem da UHDF iniciaram-se em 1998 e o investimento no projeto passou de 200 milhões, fornecendo 1.300 empregos diretos e 1.700 indiretos (2005, p. 08).

Em virtude do alagamento e da necessidade de criar uma unidade de conservação, várias famílias da Região tiveram que ser desapropriadas. A partir desse momento, iniciou-se a negociação da CEEE junto aos agricultores atingidos. O processo de desapropriação das áreas atingidas iniciou em junho de 1998. Nesse sentido, Marques afirma que

Para a realização do processo de reassentamento, a CEEE firmou convênio com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do RS em 06 de agosto de 1999, visando agregar a sua experiência na questão relativa à negociação, organização e implementação de reassentamentos (MARQUES, 2005, p. 63).

¹¹ Disponível em <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/res1998117.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

¹² *Gazeta Mercantil*, 31 de agosto de 1998. Disponível em <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/26717.gif>>. Acesso em: 23 de nov. 2014.

De acordo com Marques (2005, p. 50), o empreendimento atingiu 518 propriedades rurais, 540 famílias, totalizando 2.709 pessoas desapropriadas. A UHDF entrou em funcionamento de forma parcial em fevereiro de 2001. Sua represa possui 51 metros de altura, 610 metros de comprimento na sua crista e conta com duas turbinas. De acordo com notícia do jornal *Diário Popular*, de 22 de maio de 2001,

A Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, localizada em Nova Palma, no Rio Grande do Sul, foi inaugurada ontem à tarde com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, e o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Construída no Rio Jacuí, entre os municípios de Nova Palma e Agudo, na região central do Estado, a partir da entrada em funcionamento da segunda unidade de geração, dia 12 de abril, Dona Francisca reforçou o fornecimento de energia para o sistema nacional em 125 megawatts, equivalente à demanda de uma cidade de 350 mil habitantes. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Dona Francisca Energética SA (DFESA), empresa formada por cinco acionistas, receberam da União a concessão para explorar o potencial energético da usina por 35 anos.¹³

Na Figura 02, observa-se o leito do Rio antes da formação da represa. Entre o centro e o lado direito da imagem, aparecem áreas de terra sem vegetação devido à construção da Usina. Na Figura 03, observa-se a Usina em funcionamento e parte do reservatório. Ao se comparar as duas imagens, compreende-se a dimensão das transformações decorrentes do empreendimento. Ressalta-se que o lago/reservatório cobriu parte do cerro visto entre a parte central e superior da Figura 01.



Figura 02- Vista panorâmica - início das obras (1998). Figura 03- Vista panorâmica - UHDF (2001)

Fonte: Böck (2014).

Fonte: Böck (2014).

Na figura 04 é possível observar parte do reservatório da Usina na atualidade, apresentando maior abrangência da área atingida pelo alagamento.

¹³ Disponível em <http://srv-net.diariopopular.com.br/22_05_01/ef210509.html>. Acesso em: 06 mai. 2014.



Figura 04- Vista panorâmica da Usina Hidrelétrica Dona Francisca e parte da bacia de acumulação. Fonte: Google Earth (*apud* NOAL, 2012, p. 49).

Este capítulo apresentou um breve histórico da construção de usinas hidroelétricas no Brasil e expôs o caso particular da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. No próximo capítulo o texto apresenta, primeiramente, reflexões sobre o conceito de movimentos sociais e, em um segundo momento, aborda especificamente o caso do Movimento do Atingidos por Barragens.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com Locatelli, com a construção de usinas hidrelétricas, existem dois lados com “forças desiguais” que emergem desse cenário de conflito: as comunidades locais, que são expulsas de sua terra, e o setor elétrico, que tende a ver aquele espaço como propriedade, “logo passível de representação monetária” (2014, p. 117).

Dessa disputa de território e espaço, surgiram os grupos de pessoas atingidas pelas barragens. Os atingidos passaram a se organizar, dando origem ao MAB, movimento social que busca maior justiça nas negociações acerca das desapropriações compulsórias.

Diante da pauta de luta por justiça e transformações sociais, pode-se refletir acerca de uma denominação para “*movimentos sociais*”. Maria da Glória Gohn (1997, p. 171) expõe que, sob o prisma do marxismo, a análise dos movimentos sociais se refere a processos de lutas sociais que buscam a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica cultural. Conforme a autora, Karl Marx refere-se à questão dos movimentos sociais afirmando que além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem também movimentos políticos, ou seja, movimentos de classe, com o objetivo de impor os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coercitiva-social geral. Para a autora

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Como as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como uma galáxia, são estrelas que se acendem, enquanto outras estão se apagando, depois de brilharem por muito tempo. São objeto de estudos permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos (GOHN, 2004, p. 20).

Vale observar, entretanto, que PALUDO (2001), tomando como referência o trabalho de Gohn (1997), destaca a existência de movimentos sociais articulados com a manutenção das relações de exploração e opressão, e movimentos sociais comprometidos com as mais diversas formas de luta por emancipação.

Há movimentos sociais protagonizados pelos subalternos, assim como há os que reúnem setores dominantes do regime capitalista. Neste sentido, pode-se dizer que os movimentos sociais tem duas grandes manifestações: por um lado, aqueles que expressam os interesses dos grupos hegemônicos e, por outro, os que expressam os interesses dos grupos populares. Os movimentos do segundo grupo são os que conhecemos como movimentos sociais populares. (PALUDO, (2001, p. 44).

Quevedo (2007, p. 29) corrobora ao explicar que o movimento social é um fenômeno coletivo com organização estruturada e identificada, que tem a finalidade de reunir pessoas que decidem coletivamente alterar uma situação de injustiça social, clamando por uma sociedade mais justa, com maior inclusão social.

Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre de força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. Observa-se que a presença dos movimentos sociais

é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação face a nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas em ação). O importante a destacar é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. O repertório de lutas que eles constroem, demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais (GOHN, 2013, p. 30).

Cláudio Kuczkowski aponta que a História Brasileira está marcada pelo aparecimento de movimentos sociais, onde “podemos enquadrar as lutas indígenas pela sobrevivência, dos negros pelo fim da escravidão, dos ‘brasileiros’ contra a dominação portuguesa, passando pelas lutas regionais contra o Império Brasileiro até a reação contra as oligarquias durante a chamada República Velha” (2007, p. 272).

Sobre a trajetória dos movimentos sociais, Konrad (2007, p. 97) explica que no decorrer do processo de produção capitalista, entre os séculos XIX e XX, evidenciou-se um aumento no processo de industrialização no Brasil, levando a um crescimento populacional nas cidades. A herança colonialista e imperialista deixou complexo o mercado de trabalho, expulsou a população do campo e criou um processo de migração interna para as cidades. Nesse contexto, surgem os conflitos e contradições entre as novas classes sociais, que passaram a orientar novas formas de lutas sociais no País. Dentro desse processo histórico, muitos setores sociais defenderam-se e resistiram contra a exploração de classe e a opressão semicolonial, a exemplo da Guerra de Canudos e do Contestado, o Tenentismo, as greves das classes operárias, as Diretas Já, o “Fora Collor”. O historiador salienta que “a história de luta

social desmente as teses sobre a ‘índole pacífica’ da população de nosso País” (KONRAD, 2007, p. 98).

De acordo com Ilse Scherer-Warren, os movimentos sociais tradicionais

surgem enquanto expressão típica da sociedade industrial (e de sua consciência), dividida em classes sociais, das quais uma delas – o proletariado – encontrava quase a totalidade de seu cotidiano submetido ao mundo da produção e exploração de sua força de trabalho. Os movimentos sociais expressam essa contradição fundamental e o desejo de sua superação (1987, *apud* ZEN, 2007, p. 30).

A partir da década de 1960, evidenciou-se no mundo um conjunto de movimentos sociais que não estavam mais centrados apenas no mundo do trabalho, rompendo com o caráter tradicional presente até então. Segundo Scherer-Warren, os novos movimentos se configuram pelo reconhecimento das várias formas de opressão do capitalismo contemporâneo, mais complexas que os antagonismos do sistema de produção (1987, *apud* ZEN, 2007, p. 30).

Esses novos movimentos organizavam sua ação em torno de demandas advindas das relações de gênero, das questões estudantis, dos crescentes problemas ambientais, de temas étnicos e do autoritarismo de todas as ordens. Nos chamados países periféricos e dependentes, outras questões são agregadas às demandas do movimento, como a sobrevivência humana, a fome, moradia, terra, emprego e melhorias nos serviços públicos de saúde e educação (ZEN, 2007, p. 30).

Retomando as contribuições de Gohn, na obra *Teoria dos movimentos sociais*, a autora trata do paradigma dos novos movimentos sociais. A autora comenta que os novos movimentos sociais se apresentam mais descentralizados, sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas, mais participativos, abertos e espontâneos. Nessas estruturas, segundo ela, não há lugar para os velhos líderes oligárquicos, que se destacam por sua oratória, por seu carisma e seu poder sobre seus liderados. Para a autora,

Os novos movimentos recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais – existentes ou a ser adquiridos para sua clientela. Eles usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais (GOHN, 1997, p. 125).

De acordo com Zen (2007, p. 57- 60) as principais características que apontam o MAB como um “novo” movimento social são a negação de estruturas burocráticas (estatutos, eleições, filiação) em prol de uma ação direta de massas, de um movimento que “se

movimenta” e a negação de uma coordenação presidencialista e autoritária em prol de uma coordenação coletiva.

Ao analisar o processo histórico do final das décadas de 1970 e início dos anos 1980, observa-se que houve uma mudança significativa no campo político brasileiro marcada pela participação e resistência de novos atores sociais, os quais tiveram participação no processo de redemocratização, de transformação do cotidiano. Ao longo dos anos, eles foram responsáveis não só pela reconstrução do regime político, como também na formação de valores democráticos, sendo assim agentes interlocutores que dialogaram diretamente com a população e com o estado (GOHN, 2004).

Dentre as diversas formas de organização, estão os movimentos sociais do campo, que tem como base de articulação a terra ou o seu território. As lutas por terras no Brasil são muito antigas, mas as formas de organização e os norteadores de sua ação tem se modificado ao longo do tempo. Esses movimentos têm como base de articulação o território, em vez de carências específicas (SILVA, 2007, p. 100).

Esses movimentos surgem atualmente como sucessores de uma tradição, cujas raízes estão inseridas na luta secular dos indígenas, negros quilombolas, pequenos agricultores que resistiram à forma como se configurou o domínio fundiário. Assim, é imprescindível destacar dois movimentos camponeses que surgiram na década de 1970 no cenário nacional, os quais se fundamentaram na resistência e na luta pela terra: um por não ter acesso a ela – Movimento dos Sem-Terra (MST), outro por ser arrancada dela, como o MAB. Há fortes ligações destes movimentos, pois convergem num mesmo ideal, buscam outra lógica de desenvolvimento econômico. São portadores de uma mentalidade cultural política e econômica baseada na concepção de ser humano que tem o trabalho como fonte de vida, não como enriquecimento econômico (SILVA, 2007, p. 100).

Assim, o período de democratização e emergência de novos movimentos sociais no Brasil deu origem também ao MAB, em protesto popular aos deslocamentos provocados pela conjuntura acelerada de construções de represas para produção de energia. Vale ressaltar que o movimento é possuidor de um forte caráter indentitário, surgindo de forma autônoma ao movimento de trabalhadores tradicional e aos partidos políticos tradicionais, apesar de possuir a simpatia destes. De acordo com as observações de Paludo (2001), citado neste trabalho na página 29, compreende-se o MAB como um “movimento social popular”, pois é comprometer-se com a luta de grupos que reúnem interesses comuns a várias pessoas.

2.1 MAB: Um Movimento Autônomo

A base do suprimento de energia elétrica do Brasil é garantida através do potencial hídrico: são usinas produtoras, de pequeno, médio e grande porte, situadas distantes dos centros consumidores. Esses empreendimentos causam grandes impactos ecológicos, socioeconômicos e culturais, desestruturam o modo de vida de milhares de pessoas todo ano, que direta ou indiretamente são as vítimas desses empreendimentos. Fica visível que as principais vítimas dessas obras são as pessoas mais pobres que tem como base de sobrevivência a agricultura familiar.

Diante dessa circunstância, surgiu o MAB, um movimento social que questiona a implantação das barragens, luta pelos direitos dos atingidos¹⁴ e reivindica um novo modelo energético. Com o processo de abertura política, os atores sociais tiveram a possibilidade de se organizar e de exigir das empresas construtoras de barragens e do próprio governo uma maior transparência e divulgação das informações sobre os projetos a serem construídos. As mobilizações ocorreram de diversas formas. É importante frisar que, para os atingidos brasileiros, a luta surgiu a partir de um sentimento comum de expropriação, espoliação e exploração sob as quais essas populações foram submetidas. Esta época se destacou por uma intensa pressão popular assinalada por conquistas localizadas. De acordo com o MAB,

Os primeiros passos da organização dos atingidos por barragens teve início ainda no final da década de 70, na ditadura militar, período em que ocorreu a retirada forçada de direitos civis e políticos. Ao mesmo tempo em que a ditadura restringia os direitos, a indignação contra o regime fez com que surgissem várias formas de organização e luta. É neste período que também surgem várias forças importantes de trabalhadores como o Movimento Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores e o próprio Partido dos Trabalhadores. O período foi marcado por uma grave crise energética a nível mundial, com a primeira grande crise do petróleo. Isso fez com que os países centrais fossem em busca de novas formas de gerar energia já pensando em como substituir a falta de petróleo. Com isso, os países com potencial em outras fontes começaram a ser alvo de estudos e implementação de formas “renováveis” de geração de energia.¹⁵

Os primeiros opositores ao projeto político de barragens do governo surgiram na Região Sul, mais precisamente na Bacia do Rio Uruguai. A organização teve início por volta do ano de 1977, quando a ELETROSUL (subsidiária da ELETROBRAS, subordinada ao

¹⁴ Ao abordar este conceito, Vainer descreve que a noção de atingido diz respeito ao direito de reconhecer que tal determinado grupo social, família ou indivíduo é ou foram atingidos por determinado empreendimento, significa conhecer como legítimo, ou como legal, os quais têm direito a um determinado tipo de ressarcimento, indenização.

¹⁵ Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Ministério de Minas e Energia) informou que tinha planos de construir vinte e cinco barragens no rio Uruguai e nos seus afluentes (ZONIN, 1994, p. 134). Assim, as primeiras medidas foram tomadas por parte dos atingidos, sendo que as primeiras manifestações aconteceram nos municípios onde deveriam ocorrer os primeiros projetos da ELETROSUL, a barragem de Itá, em Santa Catarina, e a de Machadinho, no Rio Grande do Sul. Ao descrever sobre o processo de resistência dos atingidos Zonin lembra que

Em dezembro de 1979, representantes da comissão da Pastoral da Terra, líderes sindicais de trabalhadores rurais e agricultores realizam uma reunião em Chapecó (SC) para discutir as futuras barragens de Itá e Machadinho. Desta reunião resulta a criação da Comissão de Barragens (1994, p. 119-120).

Kuczkowski (2007) explana que, em 16 de outubro do ano de 1978, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) convocou os mil e quinhentos pequenos agricultores desabrigados pela barragem de Itaipu, onde realizou um “abaixo assinado” a ser encaminhado ao General Ernesto Geisel, criticando os pequenos valores estipulados para as indenizações por suas terras (2007, p. 227).

Estes dois fatores foram importantes no processo de formação do MAB. Primeiramente, demonstram as formas de resistências que deram origem a criação das comissões locais e regionais dos atingidos, as quais, anos mais tarde (1980) deram origem a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Além disso, observa-se que nesse processo de resistência houve a participação da Igreja Católica, presente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), juntamente com a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, além de outros setores da sociedade, como sindicalistas ativistas.

Apesar da Região Sul ser um dos principais focos de resistência e luta contra barragens, também ocorreram focos de resistência em outras regiões do País que foram bem importantes no processo de formação do movimento social. No Nordeste, a UHE Sobradinho, localizada no Rio São Francisco, deslocou mais de setenta mil pessoas. Mais tarde, a UHE Itaparica atingiu mais de quarenta mil pessoas. Na Usina Hidrelétrica de Tucuruvi, no Norte do Brasil, estima-se que trinta mil pessoas foram atingidas.

Após uma radicalização do movimento, em 1987, ocorreu um acordo histórico no Sul, onde o CRAB e a ELETROSUL assinaram um pacto prevendo o fim das negociações individuais; o CRAB passou a ser o representante legítimo dos atingidos. Segundo Vainer,

Do ponto de vista das lideranças da CRAB o acordo significava, de fato, o reconhecimento e aceitação tácita da construção de barragens na bacia do rio Uruguai, pelo menos das barragens de Itá e Machadinho. Do ponto de vista da

Eletrosul, e do Setor Elétrico brasileiro, era o reconhecimento da CRAB como representante legítimo dos atingidos e o compromisso com uma série de condições para seguir adiante com o projeto. Dentre estas, as mais importantes eram: fim das negociações individuais e aceitação de que todas as negociações seriam feitas, comunidade por comunidade, com a presença de representantes da CRAB; atrelamento do cronograma das obras ao cronograma de negociação e solução dos problemas sociais; oferta a todos os atingidos, inclusive aos não proprietários, da possibilidade de reassentamento coletivo (VAINER, 2002, p. 09).¹⁶

Esse acordo mencionava os critérios para a definição de “atingido” e também sobre os padrões de casa, terras, assistência técnica para as famílias reassentadas. O acordo é uma referência até hoje para a luta por reassentamentos nas várias regiões onde os atingidos estão organizados.¹⁷

Em 1988, CRAB e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais/Central Única dos Trabalhadores (CUT) se unem numa proposta de articulação nacional dos movimentos de atingidos do Brasil. Desta forma, a CUT ajudou a promover os encontros regionais, nos quais escolheram seus delegados para o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em abril de 1989, em Goiânia- GO. Conforme lembra Vainer,

Graças a sua presença nacional, o DNTR/CUT ajudou a promover, nos meses de fevereiro e março de 1989, reuniões regionais que prepararam o encontro nacional. Em Altamira, Pará, aconteceu o Primeiro Encontro Regional dos Trabalhadores Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu, que criou a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX) e escolheu delegados para o encontro nacional. Em março, realizaram-se o Encontro Estadual sobre Barragens do Estado do Amazonas e, em Rondônia, convocado pela CPT e pela CUT-Rondônia, o Encontro Intermunicipal sobre Barragens. No Nordeste, o Encontro Regional de Atingidos por Barragens reuniu em Igarassu, Pernambuco, além de organizações não governamentais e sindicatos de trabalhadores rurais, representantes das seguintes barragens: Castanhão (Ceará), Xingó (Alagoas e Sergipe), Pão-de-Açúcar (Alagoas e Sergipe), Pedra do Cavalo (Bahia), Sobradinho (Bahia) e Itaparica (Pernambuco e Bahia). No Sudeste, encontraram-se os atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e do Vale do Rio Paraíba do Sul (Minas Gerais e Rio de Janeiro). No Sul, a CRAB convidou para sua Assembleia Geral representantes da Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI) e de atingidos pelas barragens de Dona Francisca (Rio Grande do Sul) e Itaipu (Paraná), bem como lideranças de comunidades indígenas Kaigang de Itaipu (Rio Grande do Sul) e Chapecozinho (Santa Catarina) (2002, p. 13).¹⁸

¹⁶ VAINER, Carlos. **Água para a vida, não para morte**. Notas para uma História do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Artigo apresentado no Workshop "Social Movements in the South", promovido pelo Center for International Affairs, Harvard University, em 2002. Disponível em <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=44bd73a59ab748c1f6b918a449581b54&id=20>. Acesso em: 30 out. 2014.

¹⁷ Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>>. Acesso em: 30 out. 2014.

¹⁸ Disponível em <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=44bd73a59ab748c1f6b918a449581b54&id=20>. Acesso em: 10 out. 2014.

Em abril de 1989, foi realizado o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia-GO. O evento reuniu representantes de todas as regiões do País e, além dos relatos de experiências de luta em cada barragem, o encontro propiciou a identificação da política energética nacional e, em particular, do Plano 2010 (ELETROBRÁS, 1987) “como inimigo comum de todas as populações atingidas e ameaçadas pelas construções de grandes barragens” (VAINER, 2002, p. 15).

De acordo com Kuczkowski (2007, p. 278), em março de 1991, em Brasília - DF, ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. Desse encontro resultou a fundação do MAB, com central em São Paulo, além da demarcação do dia 14 de março como dia Nacional de Luta contra as Barragens.

Marques (2005, p. 30) corrobora ao lembrar que com a fundação do MAB definiu-se que ele deveria ser um “movimento nacional, popular e autônomo”, o qual deveria “se organizar e articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios¹⁹ deliberados pelo congresso”. Os congressos nacionais passaram a ser realizados de três em três anos, com representação de todas as regiões, sendo que as decisões tomadas em grupo servem como base para as linhas gerais de ação. Segundo a autora,

Em novembro de 1999 o MAB realizou seu IV Congresso Nacional, onde é reafirmado o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal, e por um Projeto Popular para o Brasil, onde se inclui um novo modelo energético. Foi reafirmado que o método de organização de base do MAB é através dos grupos, instância de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo (MARQUES, 2005, p. 30).

Nessa época, o debate em torno desse tema já tinha destaque mundial. Em 1997, ocorreu o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, em Curitiba-PR, que contou com a presença de representantes de mais de vinte países, assim como o apoio de organismos nacionais e internacionais e do próprio MAB. Na ocasião foram criadas a Comissão Mundial de Barragens (CMB), juntamente com o Comitê Internacional contra Barragens, pelos Rios e pelos Povos (ICDRP), sendo este o responsável pela organização do II Encontro Internacional, realizado na Tailândia, em dezembro de 2003 (KUCZKOWSKI, 2007, p. 280).

¹⁹ Segundo Vainer (2002, p. 14), ao final do I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, elaborou-se uma resolução final, com os seguintes princípios: elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora; que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos; cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias; fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.

O MAB possui uma estrutura institucional relativamente simples, visando a participação popular. Ele está organizado

a partir dos grupos de base (atingidos, reunidos em grupos de 7 a 10 famílias, sob a coordenação de duas pessoas eleitas entre os próprios reunidos, pelo menos uma vez por mês). Está aberto à participação de pessoas “de todas as ideias”, índio, negro, mulher, pequenos agricultores, sem terra, etc., inclusive recomendado que dos dois coordenadores de grupos, um seja mulher (KUCZKOWSKI, 2007, p. 280).

O MAB possui representações municipais, estaduais (regionais) e nacionais, conforme mostra o organograma da CRAB, Figura 05.

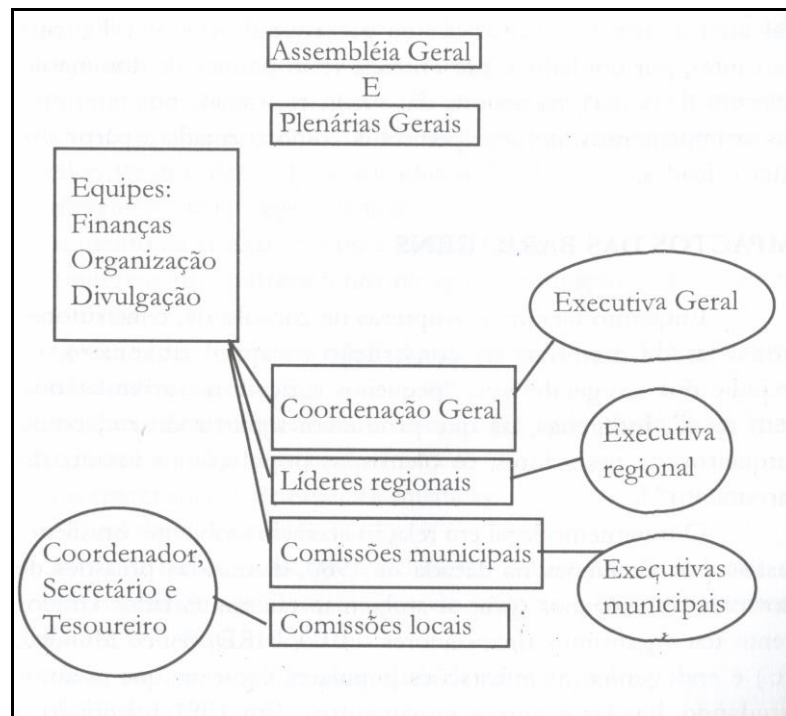


Figura 05 – Organograma MAB. Fonte: Kuczowski (2007, p. 281).

Para finalizar esta etapa, vale mencionar que, segundo o sítio do MAB, o Movimento se define como

Um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Somos um movimento popular, reivindicatório e político. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo e nossa luta se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e à vida.²⁰

²⁰ Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/content/quem-somos>>. Acesso em: 28 out. 2014.

No próximo capítulo, este texto monográfico expõe a investigação do caso da UHDF. Para tanto, faz-se uso de análise de entrevistas semiestruturadas, na perspectiva da história oral, fazendo mão do cruzamento de fontes, sobretudo com utilização de jornais que cobriram os acontecimentos.

3. O MAB EM BUSCA DOS DIREITOS DOS ATINGIDOS – CASO DA UHDF

Realizadas as contextualizações, esse capítulo se caracteriza por apresentar as informações obtidas através da pesquisa de campo. Assim, objetiva-se destacar a importância dos movimentos sociais, mais especificamente, do MAB, considerando sua atuação junto aos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Vale ressaltar que, apesar da construção da UHDF e suas várias implicações no campo social e ambiental já tenham sido estudadas pela academia, percebeu-se uma lacuna quanto ao relato do apoio do MAB e da atuação da própria população atingida. A fim de alcançar essas informações, foram realizadas entrevistas como forma de investigação. Este capítulo busca resgatar a trajetória desse movimento social e apresentar, através da fonte da história oral, novos fatos que envolveram a construção da UHDF. O testemunho oral, nesse caso, pode ser considerado o núcleo dessa pesquisa.

3.1 O Uso da História Oral no Contexto da Pesquisa

Para o levantamento da História (oral) de desocupação, utilizou-se basicamente a técnica de entrevista com gravador. Optou-se pela entrevista do tipo semiestruturada, pois ela permite que o entrevistado fique mais à vontade para relatar os fatos que rememore de sua vivência, possibilitando uma riqueza de detalhes que um questionário não conseguiria captar. Realizadas as gravações, as entrevistas foram transcritas para facilitar a síntese.

Ao longo dos quinze anos da construção da Usina da Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF), muitos fatos sobre o processo de desocupação da barragem ficaram na memória dos atingidos. É importante ressaltar que, durante as entrevistas, observou-se que em todas as respostas, o recurso “rememorar” era constante, rememorar os fatos e as situações que envolviam a construção da Usina, de como era a vida da população antes da construção do reservatório e, principalmente, as relações com o espaço físico e social daquele território. Essa busca pela memória traz à luz questões sobre a história oral.

Segundo o entendimento de Ferreira e Amado (2006, p. xiv),

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou

elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres [...] São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas.

Diante desse ponto, pode-se mencionar a importância da história oral, que para Thompson,

[...] é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula a professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ela ajuda os menos favorecidos, especialmente os idosos, a conquistarem dignidade, autoconfiança. Propicia o contato – e a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. É para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (1992, p. 44).

Segundo o autor, “a história oral ajusta-se particularmente bem ao trabalho por projeto”. Para Thompson, isso se dá “porque a natureza essencial do método é ela mesma, criativa e cooperativa”. Para ele, “toda comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada de trabalho, vida familiar e relações sociais à espera de alguém que a traga para fora” (1992, p. 197).

Vale salientar que uma das críticas à história oral está na subjetividade do entrevistado, gerando receios de que produzam distorções que prejudiquem a pesquisa. Contudo, os documentos oficiais resultam igualmente de lembranças e de esquecimentos, uma vez que são construídos pelas mãos de sujeitos imersos em relações de interesses e interdições. Ao fazer uso da memória no ouvir, os próprios sujeitos históricos de determinado evento histórico, faz-se necessário que o pesquisador tenha cuidado no trato com as escritas dessas narrativas.

Conforme observa Thompson (1992, p. 305), as histórias lembradas não são representações exatas do passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às identidades e aspirações atuais. No entender do autor, a apresentação da História com evidência oral abre novas possibilidades que criam habilidades essenciais para julgar/questionar evidências, e a raiz da história oral é a experiência da vida comum. Assim, escrever uma história que utiliza evidência oral, quer sozinha quer junto com outras fontes, não requer em princípio muitas habilidades especiais além das necessárias para qualquer texto histórico.

Nesse sentido, é possível utilizar a técnica da história oral na perspectiva das histórias de vida para, por exemplo, reconhecer as representações dos desapropriados pela UHDF sobre o MAB, analisando as vivências que os constituíram em um dado momento histórico.

3.2 A Formação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Usina Hidrelétrica Dona Francisca

A fim de conhecer a atuação do MAB junto aos agricultores desapropriados pela UHDF, foram realizadas entrevistas com sujeitos atuantes no processo de luta pelos direitos daqueles atingidos. Visando compreender a História dessa desocupação, nesta seção encontrar-se-á parte do relato de cinco pessoas ligadas ao movimento local.

3.2.1 A perspectiva dos responsáveis pela atuação do MAB na Região da UHDF

De acordo com Locatelli, a construção de usinas hidrelétricas é controversa diante de seus impactos econômicos, sociais e ambientais. Em nome do progresso e do desenvolvimento do País, ignoram-se diversos problemas que esses grandes empreendimentos provocam, como a expulsão de milhares de pessoas de suas terras. De acordo com o autor,

[as usinas] são consideradas um “mal menor” que impõe sacrifício a “alguns”, para que “todos” possam ter uma vida melhor. De fato elas viabilizam a disponibilidade de energia para o crescimento econômico e a melhoria de vida da população de um país. Mas em termos, locais desestruturam as redes sociais existentes, modificam a vida de milhares de pessoas, provocam dores irreparáveis ao patrimônio cultural e ao meio ambiente (LOCATELLI, 2014, p. 110).

A construção da UHDF, na Região Central Rio-Grandense, apresentou o mesmo panorama exposto por Locatelli, acarretando a expulsão de várias pessoas de suas casas, de suas comunidades, mudando completamente suas vidas.

Geni Andrioli, representante do MAB responsável por auxiliar a população atingida pela UHDF, participou de uma entrevista oral para esta pesquisa e iniciou seu relato explicando a origem do MAB.

bom existe uma história no Brasil... da construção de barragens... isso ainda foi durante a ditadura militar... onde as barragens no mundo todo inclusive foi construído... sem a participação do povo e s/ sem o apoio ao povo... era construído as barragens e a/ as indenizações eram demarcadas pela água e o povo expulso pela força das águas... pelas inundações né... tanto que no Rio Grande do Sul... na barragem do Passo Real... uma das primeiras barragens construída no sul do Brasil...

ela expulsou toda a população pelo levantamento das águas né... onde que o povo não rece/ recebia indenização né... lá surgiu a organização dos pracinhas... [...] e da barragem do passo real iniciou-se a luta da reforma agrária no Brasil... e assim foi seguido em frente... não tinha organização nenhuma... não tinha representação... legítima que representasse o povo atingido... no projeto da barragem de Itá... a primeira projetada na Bacia do Rio Uruguai que no então eram vinte e cinco barragens projetadas na bacia do Rio Uruguai... surgiu uma organização através da Igreja Católica... universidades... de... Erechim Rio Grande do Sul Chapecó Santa Catarina... que começaram um levante pelo direito dos atingidos pelas/ das barragens... que até então não era reconhecido direito nenhum... de indenização de reassentamento de reconstrução... que muitas comunidades que foram inundadas não existia direito nenhum... através das organizações católicas... e... da Igreja Evangélica Luterana do Brasil ICLB... iniciou e das universidades... iniciou... essa organização... então na época em mil novecentos e/... na décad/ final da década de setenta... foi fundado uma comissão regional de atingidos por barragem chamado CRAB... que incluía as entidades que se manifestavam contra esse projeto... ((tosse)) mais tarde surgiu o MAB que daí já não era mais regional era o movimento nacional... logo adiante o movimento se expandiu para o mundo todo... onde que através da organização começou a ter o direito reconhecido... tanto para os proprietários indenização justa... e pros filhos de proprietários agregados meeiros arrendatários... o reassentamento [...] então... a grande... o grande desafio começou ((tosse)) nas barragens... do rio Uruguai e já tinham se iniciado as barragens no rio Jacuí... que hoje o rio Jacuí tem cinco barragens construídas né... até na época que eu estava lá né... então é passo real salto do Jacuí... não me lembro ((riso)) mais os nomes mas a última que foi construída é a [...] barragem Dona Francisca [...] (Entrevista concedida ao autor em 19 de outubro de 2014).

Geni Andrioli, responsável por auxiliar aquela população atingida, explica, em consonância com o que foi exposto no tópico 1.1.2 deste trabalho, como se deu a projeção da construção da UHDF. Andrioli apresenta ainda um panorama da formação do MAB, reforçando sua importância no processo de negociação e indenização das famílias atingidas:

[...] a barragem Dona Francisca... ela estava vinte e cinco anos em projeto em andamento... só que a obra nunca aconteceu... nunca acontecia... na mudança de governo... da direita pra esquerda no estado do Rio Grande do Sul... essa barragem como prioridade foi sair do papel... só que o governo anterior já tinha privatizado... onde que... a empresa privada comprou a geração... só que o compromisso de... de toda assistência social ficou com o estado... mas a empresa contratada... a vencedora do... o consórcio vencedor... do setor privado... não quis reconhecer como inicialmente não reconheceu o direito de atingidos... queria continuar no mesmo sistema como era no tempo da ditadura... apenas construir uma barragem pra beneficiar grandes multinacionais... geradoras de minérios... grandes gastadoras de energia... e o povo era expulso de suas propriedades... ((tosse)) aí com a organização já criada na bacia do rio Uruguai onde era prevista vinte e cinco barragens e a primeira... onde eu fui atingido foi a barragem de Itá onde começou a organização... começou a ter várias conquistas... direito a uma indenização justa... com levantamentos feitos através da organização e através da empresa... tudo em conjunto pra chegar num valor determinadamente justo... e aí a barragem Dona Francisca quando ela saiu do papel a empresa tava adotando a/ o mesmo sistema como era os anteriores né... sem direito a indenização talvez indenizando meia dúzia de propriedades e as outras... iam ser inundadas sem ter uma indenização ou talvez algumas iam cair na justiça resolver o problema na justiça ((suspiro)) mas a justiça das leis levava uma eternidade pra resolver o problema... e aí as pessoas se desanimavam e onde teve muito problema de suicídios... pelas famílias perder a sua propriedade... perder a sua dignidade perder as suas raízes e assim tornou-se um

caos... mas com a organização criada... na época na região toda do/ principalmente no sul do Brasil [...] (Entrevista concedida ao autor em 19 de outubro de 2014).

Apesar de a obra ter começado oito anos após ser assinado o primeiro acordo com os atingidos, o empreendimento foi retomado sem que houvesse uma definição clara sobre quais seriam as formas de reassentamento da população atingida e quem seria o responsável pela realização do programa.

O início das obras da UHDF, a baixa valorização dos imóveis nas propostas de indenização apresentadas pela construtora e o sentimento de impotência diante desse empreendimento deram início a um movimento de resistência e luta pelos direitos daqueles que seriam atingidos pela obra. Esse movimento passou a ganhar força em 1999, quando o MAB iniciou o processo de formação de lideranças nas comunidades atingidas pela barragem da Usina.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância da confraternização entre os diversos movimentos sociais, principalmente aqueles que possuem trajetórias semelhantes, pois foi através do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) - atual Movimento das Mulheres Camponesas -, que o movimento dos atingidos nasceu entre aqueles que seriam afetados pelo reservatório da UHDF. Segundo o relato dos líderes da comissão formada naquela ocasião, Jeni Luiza Folgiarini, na época representante regional do MMTR, realizou os primeiros contatos em busca de auxílio. Em entrevista, a Sra. Jeni explica que na época era

[...] coordenadora regional do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais... atual Mulheres Camponesas ah... como atingida pela barragem Dona Francisca vendo o adiantamento da construção... e o pouco ((suspiro)) que foi valorizado das propriedades... entreguei uma carta em mãos ao recém Governador Olívio Dutra durante o encontro das mulheres dia 08 de março relatando a situação vivida pelas... famílias dos atingidos... daí a poucos dias ele me enviou um representante o Selmar o qual encaminhou para ter uma reunião com a Secretária de Minas e Energias Dilma Rousseff a qual nos mandou que eu organizasse, que fizesse reunião com os outros... nas primeiras reuniões não obtive êxito... não acreditavam que funcionasse... resolvi telefonar para o centro do MAB em Erechim... poucos dias depois... mandaram um representante o senhor Geni Andrioli o qual passou a residir na minha casa e ali começou formar... lideranças locais... assim surgiu o movimento dos atingidos pela barragem... aonde obtivemos grandes conquistas valorização das propriedades exemplo... pagaram pelas árvores frutíferas... cercas ... cercas de pedra também... poços todos foram valorizados e o pagamento foi... feito conforme [...] (Entrevista concedida ao autor em 05 de julho de 2014).

Por fazer parte de um movimento social, a senhora Jeni Folgiarini reconheceu que precisavam de algum apoio e buscou-o junto ao Governador do Estado, através de uma carta entregue num Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, em comemoração

alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Após alguns encaminhamentos, ela fez contato com o MAB para que auxiliassem no processo de desocupação da área afetada pela Usina.

Corroborando com o exposto pela entrevistada, Geni Andrioli, explica como iniciou sua participação na Região:

[...] aí... eu fui solicitado... eu como Geni Andrioli... da organização do Movimento dos Atingidos por Barragem MAB... estava na época no estado de Tocantins na cidade de Palmas capital do estado de Tocantins... atendendo os atingidos da barragem de Lajeado... que também estava sendo construída de uma forma muito severa/ muito severa por causa do... ((tosse)) do poder que administrava o estado de Tocantins né... então era... comandantes oriundos da ditadura militar... que achavam que o direito popular não existia... e aí... num belo dia recebi um telefonema solicitando a minha vinda pra região da Dona Francisca... já tinha conversado com pessoas anos atrás na época da funda/ formação do movimento... que pessoas vinham visitar a nossa região a organização da barragem de Itá... mas passou-se muitos anos e eu nunca mais tinha visto falar na barragem Dona Francisca... de repente surgiu pra mim uma solicitação pra mim... ir trabalhar na organização dos atingidos levar o conhecimento... que a gente tinha () pro povo da Dona Francisca... chegando lá... primeira casa... que eu consegui visitar ou onde eu fui apresentado... foi na casa do... seu Lauro Moreira e a dona Jeni Folgiarini... onde que me hospedaram me receberam [...] (Entrevista concedida ao autor em 19 de outubro de 2014).

Com a chegada de Andrioli na localidade de Barra Formosa, no interior do município de Pinhal Grande, em 1999, iniciaram-se as primeiras reuniões com as comunidades locais. Aos poucos, Andrioli foi reunindo todos os agricultores, dentre os quais se tiraram as lideranças locais e regionais que passaram a buscar os direitos daquela população, concretizando o modo de atuar do movimento: “a organização do MAB serve para reunir (juntar os oprimidos); para esclarecer (clarear a mente); para despertar (alertar as pessoas); e para, através da nossa força, lutar pelo que queremos”.²¹

Segundo o MAB, o que alicerça, impulsiona dando força e vida ao movimento é a formação dos Grupos de Base.

O MAB, em cada região, está organizado nos grupos de base, sendo isto que dá força e vida ao movimento. Além dos grupos, as coordenações local, estadual e nacional. O Grupo de Base é a parte essencial do Movimento; é seu alicerce, sua força e o seu povo organizado. É a porta de entrada que acolhe e escolhe as pessoas que querem lutar por seus direitos. O Grupo de Base reúne as famílias de uma determinada comunidade ou bairro, que já se comprometeram com o Movimento.²²

Participam do movimento as famílias ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens. Na prática, isso significa organizar todos àqueles que moram nas comunidades atingidas e estão dispostos a lutar. Participam, não só as famílias que possuem terras nas

²¹ Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/organizacao>. Acesso em: 30 out. 2014.

²² Ibid.

comunidades, mas também aquelas que de alguma forma dependem economicamente da comunidade atingida para viver ou que dependam do próprio rio, ou seja, os arrendatários, os posseiros, os pescadores, os meeiros, os parceiros, os agregados, os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros.²³

Geni Andrioli iniciou uma reorganização na formação dos representantes dos atingidos do entorno da Barragem, sendo que a primeira atividade que realizou na Região a ser alagada foi um levantamento da situação e da “realidade do povo”. Em seguida, passou a informar as comunidades locais sobre os direitos que tinham ao serem atingidos por uma barragem. Ao fazer esse levantamento, Andrioli constatou que apenas uma minoria da população atingida estava sendo reconhecida oficialmente como “atingida”. Ou seja, uma pequena parcela da população tinha sido cadastrada pela empresa responsável por esse levantamento.

Segundo o representante do MAB, já existia uma comissão de representação dos atingidos naquele local, mas com divergências entre si. Assim, foi articulado um trabalho de reorganização da população local, pois há anos eles estavam lutando sem êxito. Foram contatadas algumas lideranças já existentes, juntamente com o apoio dos sindicatos, igrejas e algumas prefeituras. Portanto, a participação ativa do MAB na articulação de lideranças de todas as comunidades garantiu o fortalecimento do movimento, o qual passou a ter a participação total dos atingidos, uma vez que o movimento entende que os envolvidos no Grupo de Base é o povo em geral, que direta e indiretamente sofre com a presença do empreendimento. Geni Andrioli relata seu trabalho na região:

[...] e aí eu comecei a minha pesquisa sobre o direito dos atin/... sobre a necessidade dos atingidos... do vale do Rio Jacuí... onde que no decorrer fomos conhecer a realidade... existia comissões... impostas pra representar os atingidos... mas apenas uma mera minoria era reconhecido como atingido... ((tosse)) eram se não me falha a memória... quatrocentas e oitenta e quatro famílias atingidas... dentro delas trezentos e alguma coisa de propriedades... só que chegando lá a gente foi verificando que muitas famílias estavam de fora do cadastramento da empresa... primeiro passo foi conhecer a realidade do povo da forma que viviam a cultura existente na região... e aí a gente passou a informar essas pessoas do direito que elas teriam sobre ser atingidas por uma barragem... e aí a luta começou... primeiro conhecendo a realidade... contatando algumas lideranças existentes... vendo a situação o/posta da realidade... aí a gente começou um trabalho junto com alguns companheiros da região... sindicatos de apoio... igrejas... algumas prefeituras... alguns vereadores se manifestavam em apoio ao atingido... e aí a gente começou uma organização na barragem da Dona Francisca... Reorganizar uma coisa que há muitos anos estava andando mas sem êxito pro atingido ((tosse))... aí conseguimos os primeiros contatos com o governo do estado na época Olívio Dutra que era governador do estado... conseguimos entrar através de algumas/ junto com algumas secretarias como Secretaria das Minas de Energias do estado do Rio Grande do Sul... Departamento de Agricultura que era na época comandado pelo... Frei Sérgio... aí a

²³ Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/organizacao>>. Acesso em: 30 out. 2014.

gente começou uma organização e pautiá algumas reivindicações... sendo que... dentro dos atingidos tinha muitas divergências né... as lideranças escolhidas acho que até foi muitas delas indicadas pela própria empresa construtora... pra manter elas caladas algumas famílias foram indenizadas com superfaturamento... onde que depois foi reconhecido algumas propriedades até tiveram que devolver dinheiro pro estado porque era superfaturamento... e outras... que na época já indenizadas muito abaixo do valor merecido... ((tosse)) com a organização implantada na região... a gente constatou todas essas irregularidades e foi unificando as propostas... onde não poderia/ não existia cor... raça nem língua... e nem... diferença social... o atingido é... uma pessoa só... o rico e o pobre se enquadra tudo no mesmo padrão... onde que todos tem que ser tratado da mesma forma... pela quantidade atingida... pela qualidade atingida [...] (Entrevista concedida ao autor em 19 de outubro de 2014).

Nestas perspectivas, foram construídas e unificadas as propostas com as pautas reivindicatórias, as quais foram levadas ao conhecimento do Governo do Estado, responsável pelas indenizações. Segundo Andrioli, as negociações não foram amigáveis, foi preciso pressionar o governo com ocupações do canteiro de obras, já que a Companhia Estadual Energia Elétrica (CEEE), responsável pela desapropriação, estava mais preocupada com a construção da barragem, pouco se importando se o povo era parte ou não do processo de construção do empreendimento. O relato de Andrioli complementa melhor esta passagem:

[...] e dessa forma foi construída as propostas e foi levada ao conhecimento do governo do estado... seu Olívio Dutra e as suas secretarias... onde que foi iniciado uma negociação...mas não foi muito espontânea a negociação... tivemos que organizar o povo... paralisar obra... porque a empresa então comandada pela... pela CEEE na época... com as suas contratadas... não queriam nem saber... se o povo era parte do processo ou não era eles queriam saber de botar a barragem funcionar e gerar energia pra eles terem o ganho... e aí a gente protestou... sempre com pautas de reivindicação... com o conhecimento dos atingidos que se organizaram e apoiavam... e aí gente foi em frente... e aí... o povo que... se organizou... entrou numa negociação de boas indenizações... e de um reconhecimento onde os filhos... também foram reconhecidos como direito... e foram reassentados né... várias áreas de latifúndios foram desapropriadas... pelo próprio Governo do Estado... desapropriadas modo de dizer mas foram indenizados inclusive muito bem pagas... e aí foram reassentadas as famílias que tiveram que sair [...] e aí... a barragem foi construída andando a construção junto com as indenizações... quando fechou as comportas o povo estava todo mundo sendo atendido ou em fase de negociação ou já negociado [...] (Entrevista concedida ao autor em 19 de outubro de 2014).

A partir deste momento, fica visível a presença do MAB no processo de organização e formação de lideranças locais, que passa a defender os interesses dos agricultores junto às negociações com o Governo e com a empresa construtora, conforme expressa a notícia do jornal *Correio do Povo*:

Os assentamentos e indenizações para os pequenos agricultores prejudicados pelas barragens podem estar mais próximos. A secretária estadual de Minas e Energia, Dilma Roussef, revelou que o governo do Estado já redefiniu com a prefeitura do município de Agudo, o Grupo Industrial Dona Francisca e a Companhia Estadual de

Energia Elétrica (CEEE) [...]. Os agricultores terão suas terras de volta, em lugar das que foram alagadas pela construção da usina Dona Francisca. “Vamos mudar o tratamento do Estado a esses trabalhadores, pois eles estavam entre o mar e o rochedo”, afirmou a secretária. Segundo ela, muitas vezes as alternativas apresentadas pelos trabalhadores são até menos custosas. O anúncio aconteceu após o encontro do governador Olívio Dutra com 90 agricultores ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Os agricultores entregaram ao governador um documento com suas reivindicações mais urgentes. De acordo com os integrantes do MAB, desde o início da construção da barragem de Itá, em 1987, 300 famílias ficaram sem terras e não foram reassentadas ou indenizadas. “Vamos trabalhar em parceria com o MAB na busca de soluções, como já estamos fazendo no caso da usina Dona Francisca”, confirmou Olívio (*Correio do Povo*, 20 mar. 1999).²⁴

No decorrer daquele ano, os atingidos demonstraram-se descontentes com o processo de negociação, pois as propostas apresentadas para indenização das terras estavam abaixo do preço de mercado. Assim, emanou a primeira mobilização junto ao canteiro de obras da Usina, quando quinhentos expropriados de Dona Francisca, sob a orientação do MAB, buscavam reaver seus direitos (Ver Anexo 01). Sobre essa ocupação e as conquistas alcançadas pelos atingidos através dessa mobilização, o jornal *Correio do Povo* expõe:

Os 500 agricultores que invadiram o canteiro de obras da usina Dona Francisca, na região de Agudo, negociaram um acordo com a Secretaria da Agricultura, a CEEE e o consórcio Dona Francisca e deixaram a área às 16h de ontem. O coordenador do [...] (MAB), Sadi Baron, informou que o acordo será assinado hoje, às 17h, com o governador Olívio Dutra [...] Disse que foi uma conquista importante e justificou a invasão da área como estratégia para agilizar a ação do governo estadual. O diretor-superintendente da Dona Francisca Energética S.A., Nivaldo Almeida Neto, afirmou que não havia necessidade de invasão da área. Segundo ele, cabe ao governo e à CEEE atender as reivindicações sociais e isso vinha ocorrendo normalmente. [...] O diretor desconhece o valor dos prejuízos causados pela invasão que durou cerca de 24 horas e destacou a ação rápida da CEEE e do consórcio para evitar maiores danos. A negociação começou na terça-feira à noite, no canteiro de obras da usina, e foi concluída ontem à tarde. O acordo estabelece que será pago de R\$ 750,00 a R\$ 1.600,00 o hectare das propriedades atingidas, aumenta para 60%, 80% e 100% os valores de indenização das benfeitorias e determina o pagamento do lucro cessante dos comerciantes estabelecidos na área. Foi fixado prazo até o dia 30 de junho de 2000 para a concretização das indenizações e do processo de reassentamento. Até janeiro, serão adquiridos quatro mil hectares para o assentamento dos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas. O governo vai liberar R\$ 900 mil para a recolocação de 75 famílias. Os agricultores receberão de R\$ 7 mil a R\$ 8 mil para a construção de novas casas, e os solteiros terão direito a R\$ 4 mil. A negociação inclui, ainda, a entrega de um carro para as atividades de organização dos atingidos, pagamento do transporte a Porto Alegre do grupo que assinará o acordo e mais recursos financeiros destinados à área social (*Correio do Povo*, 25 nov. 1999).²⁵

É necessário frisar que, por apresentar uma estrutura simples, o MAB facilitou a adesão dos atingidos ao movimento, que partiu dos grupos de base, reunindo-os em pequenos

²⁴ Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A104/N171/HTML/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

²⁵ Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N56/HTML/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

grupos comunitários sob a coordenação de indivíduos escolhidos no próprio grupo e reunidos uma vez por mês. Dessa forma, o Movimento conseguiu demonstrar a sólida união do grupo, paralisando o canteiro de obras da Usina com quinhentos atingidos quando foi necessário, conforme demonstrou a reportagem acima.

A partir desse momento os agricultores atingidos passaram a demonstrar forte união e organização, de tal modo que os direitos passaram a ser adquiridos e os acordos foram firmados entre a CEEE e DFESA. Segundo os líderes locais, esta mobilização foi considerada uma das mais importantes da barragem de Dona Francisca. Desencadeou um aumento significativo na valorização das propriedades atingidas. Os valores ficaram acima de 60% chegando a alguns casos até 100% conforme demonstra a reportagem. Também fica evidente que além de agilizar o processo de reassentamento, os agricultores, através do Movimento, conseguiram pressionar o governo a fixar prazos para as indenizações e reassentamentos.

A entrada em cena desse tipo de mobilização, junto ao canteiro de obras, garantiu a assinatura do termo aditivo de acordo entre CEEE, DFESA e a comissão dos atingidos. Foi esse documento que detalhou os procedimentos básicos para o remanejamento da população atingida pelo reservatório. Neste documento, a CEEE se responsabilizou pelas ações de implementação dos programas de desapropriação e reassentamento, permanecendo a coordenação das atividades de reassentamento com o governo do Estado, mais especificamente com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). Conforme as cláusulas do acordo, as fazendas adquiridas para o reassentamento ficariam num raio de “até 300 quilômetros da UHDF”, onde lideranças do Movimento, juntamente com os atingidos, tiveram a possibilidade de escolha, conforme relata o jornal:

Lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) começam, neste final de semana, vitorias em cinco áreas de terras, num total de 5.104 hectares, que serão compradas pelo governo estadual para o reassentamento das famílias de agricultores desalojados de suas propriedades na região de Agudo, em razão da construção da usina Dona Francisca. As áreas localizam-se nos municípios de Pântano Grande, duas em Júlio de Castilhos, Tupanciretã e Pinhal Grande. O anúncio foi feito, ontem, pelo governador Olívio Dutra, ao receber, no Palácio Piratini, os dirigentes do MAB, juntamente com a secretária de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o presidente da CEEE Vicente Rauber, e o secretário da Agricultura, José Hermeto Hoffmann (*Correio do Povo*, 26 nov. 1999).²⁶

Sobre a importância do MAB nas conquistas nacionais dos atingidos por barragens e sobre o reassentamento para a essa população, Andrioli explica que as empresas responsáveis

²⁶ Disponível em: < <http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N57/HTML/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

pela indenização das famílias expropriadas costumavam dar preferência para a carta de crédito como forma de indenização, enquanto o MAB reivindicava o reassentamento. De acordo com ele,

[...] através da organização [a população afetada por usinas, de forma geral] começou a ter o direito reconhecido... tanto para os proprietários indenização justa... e pros filhos de proprietários agregados meeiros arrendatários... o reassentamento... aí as empresas... pelo benefício delas... adotaram a carta de crédito mas que pela organização ela nunca foi bem acolhida e nunca foi reconhecida né... porque a carta de crédito significa tirar um pequeno para colocar outro... e o reassentamento não... o reassentamento é uma forma de desapropriar o latifúndio pra colocar várias famílias de pequenos despejados pela barragem pra se viabilizar em cima de uma grande área... então essa foi uma das formas achadas né [...] (Entrevista concedida ao autor em 19 de outubro de 2014).

Historicamente, o setor elétrico usufruía da desinformação como uma das principais “armas” no processo de negociação com as populações afetadas por uma usina. Segundo os entrevistados, antes da atuação do MAB na Região, houve casos de agricultores que, pressionados, aceitaram a primeira proposta de negociação por medo de serem expulsos sem qualquer benefício, a exemplo de casos como da Usina Passo Real. Conforme Geni Andrioli, esses casos entraram na pauta nas reivindicações de ocupação e foram reavaliados, sendo seus prejuízos ressarcidos. Ao ser questionado sobre o futuro daqueles atingidos, caso não houvesse a participação do MAB no processo de negociação, Andrioli expôs que

[...] se não tivesse entrado nenhuma organização... se tivesse ficado naquele sistema como eles eram/ a ditadura era acostumado... ia acontecer que nem aconteceu com o povo do Passo Real... onde não receberam nenhuma indenização... apenas não tinha nenhum levantamento a demarcação... da indenização que não foi indenizado foi a cota d'água... não existiu o levantamento... apenas foi construída a barragem fechada... ((tosse)) que demarcou aonde as pessoas não puderam mais trabalhar... porque na Passo Real ficou propriedades... benfeitorias... maquinários ficaram embaixo da água... e isso eu sei porque teve gente que me falou correndo lágrimas... pessoas idosas... me dizendo... eu era um com terra agora sou um sem terra... meus filhos se levaram mundo a fora procurando um teto em baixo de lona preta... onde que surgiu a organização do MST... a organização na época chamados pracinhas a fundação dos pracinhas... e... depois de todo esse sofrimento aí surgiu a organização... e a Dona Francisca não iria ser diferente... se não tivesse nenhuma organização pra se opor ao projeto que tava imposto ali praquela região... muitas famílias iriam sair de suas propriedades do seu viver pra viver na beira de estrada ou sem um futuro garantido [...] (Entrevista concedida ao autor em 19 de outubro de 2014).

Em um artigo publicado no site do MAB, Leandro Gaspar Scalabrin (2014), advogado e militante do movimento, explica como a Ditadura Civil-Militar estabeleceu o modelo de violação de direitos humanos nas barragens que perdura até hoje. De acordo com ele, o padrão de implantação de barragens vigente possui vários resquícios da ditadura, a exemplo da Lei

7.170/83 (Lei de Segurança Nacional), que considera sabotagem e crime contra a segurança nacional [sob pena de reclusão de 3 a 10 anos]²⁷ atos contra instalações de usinas e barragens. Essa lei foi utilizada contra militantes do MAB que participaram de protestos no Rio Grande do Sul nos anos 2000 e ainda está em vigor.²⁸

Em um segundo momento, o militante questiona a falta de participação popular nas decisões que envolvam construções de usinas.

A maior parte da política energética nacional (lei 9.478/97), que considera a geração de energia através de hidrelétricas um “interesse nacional” de “todos/todas” é outro resquício da ditadura, principalmente pelo fato de instituir um Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sem qualquer tipo de participação popular. O representante da sociedade civil neste conselho, não precisa representar nenhuma organização popular, mas precisa ser um “especialista em matéria de energia” (Decreto 5.793/2006). Aliás, a Política Energética Nacional nunca foi submetida a processo de participação popular, através de conferências municipais, estaduais e nacionais, como ocorrem em outras políticas públicas.²⁹

Nesse sentido, Scalabrin (2013) lamenta que não exista uma legislação capaz de assegurar os direitos dos atingidos já conquistados através das lutas enfrentadas ao longo do tempo. O militante explica que

Ao longo dos anos conquistamos vitórias, mas ainda não conquistamos direitos. Não existe um marco legal regulatório que assegure os direitos que os atingidos por barragens conquistaram em mais de 20 anos de lutas sociais em âmbito nacional. O único instrumento legal brasileiro que trata dos direitos é o Decreto-lei 3.365/1941 que reconhece como atingido apenas os proprietários e como direito, apenas a indenização. Reassentamento, Planos de Desenvolvimento, Assistência Técnica, Verba de Manutenção, são conquistas sociais, firmadas em acordos, atas, termos de conduta, decisões de licenciamento ambiental, mas não estão instituídas por lei, não possuem um órgão estatal responsável pela sua implantação e fontes de financiamentos claros.³⁰

Diante desse contexto e dessas lacunas na legislação, faz-se necessário um movimento social capaz de lutar pelos direitos das pessoas atingidas pelas usinas hidrelétricas. Se a legislação não assegura justiça nas expropriações causadas por obras de interesse “público”, o MAB procura promover justiça através da mobilização popular, responsável por levantar suas bandeiras de luta em busca dos direitos “esquecidos” pelas leis.

²⁷ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7170.htm>. Acesso em: 05 nov. 2014.

²⁸ Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ditadura-militar-estabeleceu-modelo-viola-direitos-humanos-nas-barragens-que-perdura-hoje>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

²⁹ Ibid.

³⁰ Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ao-longo-dos-anos-conquistamos-vit-rias-mas-ainda-n-conquistamos-direitos>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

3.2.2 A perspectiva dos líderes locais formados pelo MAB

De acordo com Geni Andrioli, ao chegar à Região da UHDF, seu principal objetivo foi levar o conhecimento que tinha sobre barragens. Dessa forma, ele buscou conhecer a realidade daquele povo e analisar qual seria a necessidade dos atingidos da Região. Realizada a ambientação, o representante passou a organizar o grupo de base, visando aumentar e melhorar a participação da população atingida no movimento, ampliando a democracia e melhorando a divisão de tarefas. A partir desse grupo, se definiria os coordenadores e os representantes dos atingidos, a fim de atuar mais ativamente na luta pelos direitos daquela população.

Conforme os relatos dos atingidos pela UHDF, o MAB levantou lideranças locais³¹ que tiveram participação ativa no processo de organização e negociação junto ao Estado, CEEE e DFESA. Entre eles estão Élio Nereu Dias Pereira (conhecido como Téio), José Carlos Folgiarini Moreira (conhecido como Guego) e Elso Moreira Machado. Estes líderes locais foram eleitos pelos atingidos nas reuniões promovidas pelo representante do MAB.

Conforme menciona Élio Nereu Dias Pereira, em entrevista para este trabalho, o processo inicial de formação de lideranças dos atingidos esteve a cargo da liderança nacional do MAB, na figura de Geni Andrioli. Assim, ao relatar o processo de organização da população atingida, Élio corrobora as informações divulgadas pelo MAB sobre o processo de formação de lideranças locais (Ver anexo 02):

Comecei... ter conhecimento... d/ de assuntos da barragem Dona Francisca, da Usina Hidrelétrica Dona Francisca através de uma liderança nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens... MAB que se chamava Geni Andriolli... ele me procurou na minha casa... fizemos reunião na comunidade fui eleito... liderança da comunidade Barra Formosa município de Estrela Velha... depois com o andar com o desenrolar das reuniões fui eleito liderança do município de Estrela Velha... representei todo os atingidos do município de Estrela Velha... depois... mais tarde... formou-se... uma... as lideranças que representariam... todo os atingidos dos seis municípios atingido... novamente fui eleito pelo povo... pra essa subcomissão de negociação que seria entre CEEE... Estado... DFESA... que é o grupo que construiu a usina... e MAB Movimento dos Atingidos por Barragens e os Atingidos [...] (Entrevista concedida ao autor em 05 de julho de 2014).

Segundo Élio Pereira, a comissão que representava os atingidos da UHDF, juntamente com Geni Andriolli, era composta por três representantes:

³¹ Importa mencionar que a equipe de negociação formada pelo MAB possuía outros integrantes, mas considerou-se para esta pesquisa o relato das três pessoas mais citadas pelos próprios líderes.

[...] eu fui liderança dos atingidos juntamente com José Carlos Folgiarini Moreira... e Elso Machado... somente nós três que representemos os atingidos... (suspiro) mais tarde realizemos... entre movimento e atingidos a ocupação da obra para reivindicação de nossos direitos que... o estado... a CEEE... a DFESA... que construiu a usina... não estavam cumprindo... e sendo que as indenizações previa se/ por eles... por dez código de computador... que não satisfazia os nossos anseios... aí com a mobilização do povo nós conseguimos novas negociações... conseguimos a retirada do pessoal e colocar em grandes áreas que se chama reassentamento... para aqueles que desejavam... e aqueles que desejavam indenização em dinheiro ((canto de galo)) [...] mais tarde... conseguimos o acordo que foi assinado por várias lideranças... a comissão que somos em três... do MAB... do Estado... inclusive o governador do Estado Olívio Dutra... Secretária de Minas e Energia Dilma Rousseff... que hoje é presidente da república... mas não saiu tudo aquilo que a gente pensava... mas elevemos bastante a negociação (Entrevista concedida ao autor em 05 de julho de 2014).

Nesse contexto, Elso Machado, um dos principais coordenadores da comissão dos atingidos por barragem e que estivera à frente das invasões ao canteiro de obras da UHDF, ressalta que o processo de articulação da população foi demorado, sendo realizadas diversas reuniões, na busca de informações para que, mais tarde, fossem realizadas as assembleias gerais nas comunidades. Elso destaca que na primeira reunião geral ocorrida na comunidade da “Gringuinha” foi difícil convencer os atingidos a ocupar o canteiro de obras, pois tinham muito medo de enfrentar a empresa:

[...] a prefeitura cedeu um carro e nós fizemos/ visitemos comunidade em comunidade aquela vez... eu não conhecia nada né a região lá... foi onde começamos começamos de comunidade em comunidade fazendo reunião... de dois a três dias... só fazendo reunião esclarecendo para depois ir em assembleia... aí saiu a comissão definitiva [...] aí foi aprovada a comissão lá em/ no Lajeado da Gringa... foi ali que começou tudo mesmo... aí começou a andar mesmo... e o povo também daquela assembleia em diante pegou a entender né... foi ali que nós começamos a colocar na cabeça de cada atingido que nós tinha que ser virado pro movimento porque ninguém ia... se não fosse pelo movimento... [...] na época...o essencial dali... foi o começo de tudo... [...] ali a ocupação o povo já estava meio organizado... cada comunidade tinha suas lideranças... e aí foi programada uma assembleia lá na gringuinha... primeira assembleia foi na gringuinha... primeira assembleia de todos os atingido foi ali na comunidade da gringuinha... ali houve uma grande discussão... o povo tinha muito medo de enfrentar as empresas... a verdade era essa... pra que nós vamos se meter com uma empresa (?) quando o povo ficou sabendo que tinha a Gerdau a (Copel) que tinha o grupo... ali foi o grande problema foi ali [...] (Entrevista concedida ao autor em 05 de julho de 2014).

O método de articulação do MAB junto aos atingidos pela UHDF teve como premissa o esclarecimento de como se constituía o Movimento, pois a maioria não conhecia a forma de atuação do mesmo e como ele se constituía. De acordo com Elso Machado Moreira,

[...] Peguemos a aprender o que era movimento [...] eu pra falar bem a verdade... eu não sabia o que era movimento... tinha o sindicato que a gente ia lá [...] aí eles vieram ali e explicaram o que era movimento... e o que o movimento queria com os

atingidos... ai peguemos a entender... o movimento começou ali para nós né... foi um ponto de partida das nossas conquistas... das nossas coisas... ((ruídos)) tudo ali começou... o MAB chegou... primeiro organizou os líderes... por que na verdade... primeira vez que ele foi lá que nós fomos à Porto Alegre [...] fomos lá em... Itá [...] (Entrevista concedida ao autor em 05 de julho de 2014).

A atuação do MAB na formação de lideranças locais envolvia visitas a outras barragens da Região que estavam passando pelo mesmo processo de desocupação, com propósito de demonstrar na prática como ocorria o processo de organização da população, da negociação com as empresas e com o Governo, e como ocorriam as reivindicações e ocupações dos canteiros de obras. De acordo com Elso, a vivência que ele realizou junto à outra usina, como forma de conhecimento da atuação do MAB, ocorreu na cidade de Itá, Santa Catarina:

[...] eu o Guego [José Carlos Moreira] fomos lá em Itá... numa ocupação... aí eu e o Guego fomos aprender o que que era uma ocupação... o que que era um...um começo de um movimento né... nesse nosso trabalho [...] participemos daquele movimento lá... aí vimos como o povo estava organizado na outra barragem para vim organizar o nosso povo [...] aí começou o movimento... aí foi que nós nos organizamos... comecemos a fazer a diretoria... [...] depois de um tempo aí veio o Geni [...] começar as reuniões mesmo né... o fato primeiro mesmo foi a organização foi isso [...] (Entrevista concedida ao autor em 05 de julho de 2014).

As ocupações do canteiro de obras da UHDF como forma de buscar melhorias nas negociações foram intensas. A construtora usou vários artifícios para persuadir e desestabilizar o Movimento, pressionando e perseguindo as lideranças de tal modo que fizeram, inclusive, o uso da força policial para prender e intimidar os líderes do movimento. De acordo com Elso Machado,

[...] uma vez/duas vezes quiseram me botar na cadeia... uma vez me escapei por/... perigo em uma ocupação...aquela vez se eu não me escondo dentro de uma barraca lá que a federal veio para me prender... veio para me pegar naquele dia... mas eu não me arrependo do que fiz e... me escondendo e não pude posar em casa... não pude posar aquela noite no acampamento... depois de sair da reunião os caras me trouxeram... pra me proteger um pouco... no outro dia bem cedo estava lá de volta [...] (Entrevista concedida ao autor em 05 de julho de 2014).

José Carlos Moreira, também representante dos atingidos da UHDF, salienta que as mobilizações que fizeram foram decisivas, pois além de agregar valor às benfeitorias, resultaram em direitos às pessoas que não tinham títulos de terras, como os empregados e arrendatários. A partir da luta do MAB, também estes tiveram direito de ser reassentados, pois para Moreira

[...] primeiramente esses grupo de assentado teve... uma... umas/ uma reunião como/ com os representantes do movimento dos atingidos pela barragem conhecido como MAB e... se organizaram... com as reuniões de localidade em localidade aonde foi se achado... escolhido lideranças para... representar o povo diante... dessa grande... usina que estava... sendo construída com planos... gover/ governamentais... favoráveis às empresas... mas com a graça... de deus em primeiro lugar... mas tenha colocado o MAB nessa direção... ele tem... ajudado com que muitas famílias foi... teve ((canto de galos)) um... assim um... uma viravolta... daquilo que a empresa em primeiro lugar tinha trazido para nós... que era uma... um... como se diz... uma... uma proposta muito inferior... [...] houve um... um contra volta ali reconse/ reconse::guimos... a rever... a história aquela proposta e... a maioria dos casos saíram bem... uns... uma forma... assim de uma forma... como... indiretamente... da proposta cada um tomou uma decisão... uns de assentamento... outros de/ de... de... de outra propriedade... ou individual... ou assim os mesmos imóveis... foi uma grande conquista... foi... porque... as benfeitorias elas não eram valorizadas de acordo que... daquilo que nós esperávamos... tem um governo tem colocado proposta... mas sim com a luta... o arvoredo teve um preço por exemplo o arvoredo teve um preço... reajustado não tinha preço esse aí estava como nativo... mas ele fazia parte da cesta básica ()... que fazia parte da alimentação... tanto pra... quem vivia nisso aí... que muitos viviam... também até vendia a própria fruta que eles cuidavam... no seu campo... e servia até de abrigo pro gado naquela época muito tinha gado nessas/ essas invernadas que pegava a beira do rio... cada um tinha sua vaca de leite... e assim ajudava... e... a cerca também diz que não tinha preço também que não pagavam isso... no fim foi conseguindo uma grande conquista que começou... tudo que tivesse em cima dessa... dessa propriedade... ela começou a ter valor... ter valor nas cercas... ter valor na/ naquela cerca de taipa também que não tinha valor... poços... poço artesi/ poço que foi feito manual... também teve um valor... bem baseado bem significativo... teve também... ((conversa ao fundo)) aqueles (pedras) que foram amontoado que... pra terra ficar mais... preparado assim... mais até maquinário... certas partes que não era muitos mas aquele pouco que tinha... assim mesmo teve um valor porque foi um trabalho que foi assim foi valorizado... certas coisas que tu achava que nem valor não teria mas assim mesmo foi uma conquista e esse... foi valorizada através da/ desse grupo de de... de representante de... de jovens atingidos homens e mulheres... [...] foi graça também a esse movimento... e através do valor que foi... que foi negociado... área por área... terra por terra... [...] mas tudo foi valorizado para que as estradas também tivessem valor... que o... as casas... um preço/ fixo aí do metro... mas cada um teve um... objetivo. [...] podíamos dizer que um bom... um bom dinheiro em visto da primeira proposta que foi levantada na empresa [...] (Entrevista concedida ao autor em 06 de julho de 2014).

No que tange as conquistas adquiridas ao longo das ocupações no canteiro de obras da hidrelétrica, é oportuno destacar que, graças ao processo de organização e dedicação da população junto ao Movimento, os atingidos conquistaram o direito de receber uma indenização pela safra perdida no ano 2000. De acordo com o líder José Carlos, presente nas negociações, esta conquista foi a concretização dos direitos obtidos pela população expropriada pela barragem:

[...] também teve um/ uma luta digamos assim através da/... duma conquista que/ lá de uma safra perdida porque a barragem ia sair duma forma que todo mundo ia ficar um ano perdido sem trabalhar sem alimentação... e muitos desses conseguiram receber todo eles apesar... conseguiram ter um ano pelo bloco... um ano de safra perdida rece/ ceberam do governo... um valor xis... () um valor xis dentro dos/ dos/ do seu limite de trabalho... e também os assentamentos os que foram foram ganharam também ganharam alimentação por um ano ganharam... a salário (em

torno) de um salário um salário e meio por pessoa [...] (Entrevista concedida ao autor em 06 de julho de 2014).

A notícia presente no jornal *Correio do Povo*, sob a manchete “Atingidos de D. Francisca deixam canteiro de obras” elucida as informações prestadas pelo líder do movimento:

Os produtores rurais que ocupavam o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, entre os municípios de Agudo e Nova Palma, desde a última terça-feira, deixaram o local ontem. O grupo aceitou a proposta feita pela direção da CEEE, que prevê o pagamento das indenizações da safra e dos pontos comerciais a partir do dia 6 de novembro. Os atingidos reivindicam uma indenização no valor de R\$ 3 mil para cada família (*Correio do Povo*, 27 out. 2000).³²

De acordo com José Carlos, todas essas conquistas advieram das diversas lutas empreendidas ao longo do processo de desapropriação. As mobilizações lideradas pelo MAB conseguiram recolocar as famílias atingidas em áreas de reassentamento, pois

[...] através desse grupo que fez com que o povo se organizasse a trabalhar... a favor de si... e ver que um grupo organizado passa a trazer maior conforto e bem estar pra família... aí tivemos assentamento... tivemos cada um com sua área... trabalhando uma área coletiva no primeiro ano... trabalhando coletivamente... mas após foi repartido cada um ficou com sua área trabalhando hoje tem seu colégio tem as aulas... tem... a escola... ficou uma comunidade montada pra cada área de assentamento que são quatro cinco assentamento... e cada um levou... e teve um objetivo aí de/ de manter a sua família em cima da terra... muitos que estavam sem... que eram agregado ali também uma grande vantagem... aquelas pessoas que estavam encostado () trabalhava de arrendamento de agregado em cima dessas áreas... de... grandes aí... que ajudavam de uma forma ou doutra... e eles conseguiram uma área pra si e hoje as família deles estão bem... bem estruturado tem famílias aí... que... que apesar de algo mas tão... produzindo tem sua área tem sua vaquinha de leite tem o... o já trazendo a alimentação pra dentro de sua casa tem... conseguido manter a sobrevivência saindo de uma área de servidão... de sofrimento... trabalhando de dia pra comer de noite... e assim eles tão... praticamente estão... bem alinhavados sobre essa... esses assentamento.. Isso é uma nova conquista... conquistada pelo MAB também sob a organização... não em si o MAB... mas sim aquela liderança que foi organizadas por eles ali [...] (Entrevista concedida ao autor em 06 de julho de 2014).

Como foi apresentado anteriormente, as articulações do Grupo de Base conduziram a um movimento bem estruturado, visando defender os direitos do coletivo. No caso da UHDF, as constantes manifestações organizadas pelas lideranças do MAB junto ao canteiro de obras da Usina conquistaram, pela primeira vez na História das construções das barragens, o direito de seus desapropriados terem suas benfeitorias (hortas, cercas, árvores etc.) indenizadas, bem como as condições para serem reassentados. Com luta, com organização, com um trabalho de

³² Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A106/N27/HTML/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

base bem estruturado é que os atingidos possuíram força para conquistar condições que amenizem os transtornos causados por estas obras.

O representante nacional do MAB, Leandro Gaspar Scalabrin (2013), ao falar sobre as vitórias adquiridas ao longo dos anos pela população atingida no Brasil, lembra que, ao longo de sua História, o MAB alcançou diversas vitórias para a população atingida. E que um desses exemplos importantes é a assinatura da Presidente Dilma Rousseff, na época à frente da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, que determinou a indenização de benfeitorias e o reassentamento em condições integrais para as famílias atingidas pela UHDF.³³

No entanto, não foi somente a terra que os atingidos pela barragem perderam. Laços familiares foram afetados, assim como comunidades inteiras foram desmanteladas. Marques comenta que é possível observar

que entre os fatos de insatisfação [dos atingidos], está a questão da religiosidade. Segundo os depoimentos na comunidade onde moravam esta questão era bem positiva, até mesmo como um indicador de união entre as famílias. Mesmo havendo mais de uma religião na mesma comunidade, esta conseguia organizar festas, promovidas por cada uma destas crenças. Já na atual comunidade, ou seja, no reassentamento, este entendimento e organização não acontece, tanto que há famílias que estão frequentando a igreja em outra localidade, fora do município de residência (2005, p. 75-76).

Deste modo, importa lembrar que o maior desafio dos atingidos por barragens, tanto os reassentados rurais ou urbanos, é a criação de uma nova comunidade ou a inserção de indivíduos desalojados em outra já consolidada, caso daqueles que optaram pela indenização em dinheiro e que foram residir em outra localidade. Para as comunidades atingidas, o lugar é e “tem” significados e simbolismos que fazem parte das suas histórias de vida familiar-comunitária e de trabalho.

A primeira reação é a dor da perda: “dos vizinhos, da casa, do time de futebol da comunidade, da igreja alagada, do jardim cultivado há anos, da terra onde foram criados os filhos e os netos”.³⁴ A obrigação em sair do lugar onde quase sempre a esfera familiar reside há várias décadas, a exemplo dos entrevistados atingidos, pode ser vista como uma forma de violência não física, mas psicológica e social, pois o espaço na qual aquela população atingida

³³ Disponível em < <http://www.mabnacional.org.br/noticia/ao-longo-dos-anos-conquistamos-vit-rias-mas-ainda-n-conquistamos-direitos>>. Acesso em: 12 set. 2014.

³⁴ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/document-rio-resgata-hist-ria-dos-primeiros-reassentamentos-do-mab>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

residia é vista como passível de ser comprada, como se sua História com aquele local tivesse algum preço. Nesse sentido, Locatelli aponta que

No caso de barragens [...] duas racionalidades “com forças desiguais” emergem dessa luta em um cenário de conflito: das comunidades locais, na qual o território é inseparável da própria existência, a modos de se constituir enquanto indivíduo e grupo, e do setor elétrico, que tende a ver esse espaço como propriedade, logo passível de representação monetária (LOCATELLI, 2014, p. 117).

Da saída compulsória da população por causa das barragens, sucede o impacto social e cultural, cujos costumes e tradições históricas dessas populações são desintegrados, juntamente com a perda de vestígios de culturas passadas que deixam de ser pesquisadas. É importante salientar que as consequências negativas para a Região atingida com esses empreendimentos são numerosas: comunidades inteiras são destruídas, propriedades rurais são desestruturadas, famílias de agricultores abandonam suas atividades agrícolas e estabelecimentos comerciais em torno da represa são inviabilizados pela perda de seus consumidores. Enquanto isso, as empresas levam em consideração unicamente os aspectos materiais, desconsiderando os valores afetivos e simbólicos dos atingidos com a comunidade local, como o próprio rio.

Os problemas com a implantação das usinas hidrelétricas são irreversíveis e acabam afetando a parcela mais pobre da população, a comunidade ribeirinha, os pequenos agricultores que extraem seu sustento da agricultura familiar, ou até mesmo do próprio rio. Nesse contexto, importa ressaltar que essas consequências persistem em se reproduzir: famílias são desalojadas de suas residências, muitas das quais deixam de ser assentadas e vão se aglomerando nas periferias das cidades; aquelas que recebem indenizações, muitas vezes não conseguem comprar novas terras, em virtude do valor irrisório recebido.

Em entrevista sobre a criação da Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB), Leandro Gaspar Scalabrin, advogado e militante do MAB, explica que o MAB, ao longo dos anos, conquistou muitas vitórias, mas poucos direitos:

Atualmente, as garantias dos atingidos variam de acordo com as obras. “Em cada obra são reconhecidos diferentes direitos para os mesmos atingidos; dependendo da organização e mobilização social os direitos são melhores ou piores”, apontou Leandro. Os avanços das mobilizações em anos de luta dos atingidos não se materializaram em lei, o que causa essa vulnerabilidade jurídica para as populações atingidas. A única lei existente (Decreto-Lei nº 3.356) é de 1941 e institui a indenização pela desapropriação aos proprietários de terra, excluindo de indenização, por exemplo, as famílias que não têm a posse legal da terra. Em 2010, houve um avanço com a publicação do decreto 7.342, que criou o cadastro socioeconômico dos atingidos. No entanto, a regulamentação do decreto de junho de

2012, privatizou o cadastramento dos atingidos, o que, na prática, transformou-se em mais um negócio para as empresas.³⁵

De acordo com Leandro, a reivindicação para a criação da PNAB está na criação de um comitê interministerial, que trate e execute a política com participação dos atingidos por barragens e da sociedade civil, na elaboração de projetos de reassentamentos rurais e urbanos e na criação de fundo público para a viabilização da política. A proposta é criar condições objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, econômico-financeiras e institucionais, políticas e culturais para que a população submetida tenha acesso a meios que assegurem níveis de bem estar sociais no mínimo equivalentes às existentes antes da barragem, além de condições adequadas para a melhoria contínua das condições de vida.³⁶

3.2.3 Indenização e reassentamento dos atingidos

Realizadas as negociações e firmados os acordos entre as partes, iniciou-se o processo de indenização e reassentamento dos atingidos pela Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Originalmente, os acordos previam duas formas de indenização. Uma das alternativas consistia no pagamento em dinheiro do valor da área de terra e de suas benfeitorias. Ambas foram valoradas em conjunto para indenizar com um valor total os proprietários atingidos que escolhessem essa opção. A segunda forma de indenização consistia no reassentamento. Ou seja, trocava-se “terra por terra”, as benfeitorias perdidas eram indenizadas separadamente e as benfeitorias da nova área eram financiadas (PRATES, 2011, p. 119).

Observa-se que, para as duas formas de indenização, foi realizado um levantamento das terras e de todas as benfeitorias da propriedade visando indenizar os atingidos pelos investimentos que se perderiam com o alagamento. O anexo 03 apresenta o levantamento inicial realizado em uma propriedade atingida. No relatório individual de propriedade, detalhavam-se as benfeitorias e o valor ressarcido por cada uma. O relatório contemplava: terra nua (subdividida em terra de encosta, meia encosta e plana), tanto aquela que seria alagada como a parte remanescente³⁷; benfeitorias reprodutivas (contemplava árvores frutíferas, cana-de-açúcar, etc.); benfeitorias não reprodutivas - casa e paióis (incluía galpão coberto); benfeitorias não reprodutivas – rústicas (açudes, fossas, fornos etc.); benfeitorias

³⁵ Disponível em < <http://www.mabnacional.org.br/noticia/ao-longo-dos-anos-conquistamos-vit-rias-mas-ainda-n-conquistamos-direitos>>. Acesso em: 12 set. 2014.

³⁶ Ibid.

³⁷ Ressalta-se que toda a avaliação era subdividida em “área atingida” e “área remanescente”, de acordo com a previsão de alagamento do projeto da Usina. Benfeitorias e áreas de terra atingidas pelo reservatório eram indenizadas com um valor maior que benfeitorias e áreas remanescentes.

não reprodutivas – cercas (de arame, tela, etc.). Deste conjunto de informações, calculava-se o valor da indenização.

Observa-se que o relatório em anexo inclui casa, açude, árvores frutíferas, etc., mas a indenização incluía ainda outras benfeitorias como pastagem, área de campo, mata nativa, pés de eucalipto, horta, cercas de pedras, calçada, poço artesiano etc. Realizava-se um relatório para cada propriedade, sendo ela atingida na totalidade ou de forma parcial pelo reservatório. Até mesmo aqueles que tiveram sua propriedade atingida parcialmente tinham direito de passar pelo processo indenizatório, podendo escolher entre uma das formas de migração, ou permanecer naquela área, sendo ressarcido pela parte da propriedade atingida pela barragem.

A maioria das famílias afetadas pela construção da UHDF foram incluídas dentro de alguma forma de reassentamento. Segundo Marques (2005, p. 66), o grupo potencial do Programa de Reassentamento era constituído pelos produtores rurais cuja atividade principal fosse a agropecuária, pesquisados no cadastro socioeconômico realizados em 1997 e revisados em 1999, os quais se enquadraram nas seguintes categorias: proprietários de até vinte hectares, não proprietários (arrendatários, meeiros, parceiros rurais agregados, posseiros, assalariados rurais) e filhos de proprietários. Por último, o Movimento conseguiu firmar um aditivo atualizando novas cláusulas ao acordo, o qual constava que filhos solteiros, maiores de dezoito anos ou emancipados passariam a ter direitos aos reassentamentos rurais dos programas de reforma agrária do estado. Outra importante conquista foi a possibilidade de reassentamento para as pessoas que trabalhavam na Região desapropriada, como os professores de escolas que ficaram submersas no reservatório, empregadas domésticas de propriedades desapropriadas e funcionários de comércio atingido.

As famílias que optaram pelo reassentamento puderam escolher entre três modalidades: reassentamento em lotes individuais em grandes áreas coletivas, reassentamento em áreas individuais ou reassentamento em áreas remanescentes. Existiu ainda o reassentamento para os casos especiais (MARQUES, 2005, p. 68-71).

Quanto ao *reassentamento em lotes individuais em áreas coletivas*, cinco áreas de terras - duas no município de Tupanciretã, duas em Joia, e uma no Salto do Jacuí, totalizando quatro mil, duzentos e noventa e sete hectares - foram adquiridas pela SAA (RS). Conforme visto anteriormente, essas áreas foram visitadas pela comissão do MAB e escolhidas pela SAA, respeitando o acordo firmado com os atingidos de que não teriam mais de trezentos quilômetros de distância de reservatório. Essas áreas foram divididas e demarcadas em lotes de dezessete a trinta hectares, considerando que nenhum ficasse com menos de dezessete ha

de área produtiva.³⁸ A distribuição das cinco grandes áreas foi realizada a partir da organização dos próprios reassentados em função de grau de parentesco e predileções de vizinhança. Após essa divisão em grandes grupos, foi realizado o sorteio dos lotes dentro de cada um dos cinco reassentamentos. Em cada um dos lotes individuais foram construídos um galpão e uma casa de madeira, com setenta e dois metros quadrados, dividida em três quartos, sala, cozinha e banheiro (em alvenaria) (Ver anexo 04). O programa de reassentamento realizou as instalações sanitárias, disponibilizou energia elétrica, poço artesiano com rede de abastecimento de água e as estradas de acesso aos imóveis (em parceria com as prefeituras).

Até a conclusão das obras de infraestrutura, as famílias moraram em vilas comunitárias (Ver Anexo 05 e 06), localizadas nos próprio reassentamentos, enquanto aguardavam a liberação dos lotes definitivos. Chamadas de “agrovilas”, essas comunidades contavam com casas de madeira construídas para este fim, banheiros coletivos e escola de ensino primário (quando não houvesse escola próxima). Durante a implantação dos projetos, aproximadamente dezoito meses, as famílias atingidas receberam auxílio financeiro mensal no valor de um salário mínimo e meio para famílias com até três dependentes e dois salários mínimos para famílias com mais de três dependentes (MARQUES, 2005, p. 69). Concluídas as obras de infraestruturas nos reassentamentos, as famílias foram para os lotes definitivos. Aproximadamente duzentas e trinta famílias optaram por esta forma de indenização (PRATES, 2011, p. 79).

O *reassentamento em áreas individuais* consistia na migração da família atingida para alguma área de terra de até vinte hectares adquirida nos municípios da Região da Usina. O beneficiário fazia a escolha de uma área e encaminhava uma carta-proposta para a SAA. A área era vistoriada e avaliada e, se aprovada, o pagamento era efetuado. Oitenta e duas famílias optaram por esta modalidade de reassentamento (MARQUES, 2005, p. 69).

O *reassentamento em áreas remanescentes* era realizado em áreas que já tinham sido desapropriadas para a implantação da UHDF, mas que ainda podiam ser cultivadas. Cinquenta famílias optaram por esta modalidade, sendo que doze optaram por ocupar moradias pré-existentes e trinta e oito optaram por instalar novas casas. Estas foram construídas em madeira e tinham quarenta e dois metros quadrados. Nos casos necessários, fez-se a implantação de rede de distribuição de energia e abastecimento de água (MARQUES, 2005, p. 70).

Foram enquadradas como *casos especiais* as pessoas consideradas “vulneráveis”, como idosos, aposentados, viúvas, entre outros. Estas famílias receberam, além da

³⁸ A demarcação considerava a existência de áreas de preservação permanente, e a variação de tamanho ocorreu com a finalidade de não prejudicar a área que cada proprietário podia utilizar para realizar sua atividade agrícola.

indenização da sua propriedade, reassentamento gratuito com direito à terra, casa e instalação de água e luz (MARQUES, 2005, p. 71).

Nos casos em que os atingidos optaram pelo reassentamento mesmo tendo recebido 100% da indenização (terra e benfeitorias), a nova área de terra e as benfeitorias construídas foram financiadas por dez anos, com dois a quatro anos de carência e pagamentos anuais convertidos em sacas de milho.³⁹

De forma geral, as indenizações apontadas nesta seção são fruto das negociações e ocupações realizadas pelo MAB juntamente com desapropriados pela UHDF. Nesse sentido, observa-se a importância da organização dos atingidos e da orientação do MAB, o qual oferece amparo para que as famílias não sejam “atropeladas” por esses empreendimentos.

³⁹ No caso dos lotes individuais em áreas coletivas, as propriedades foram avaliadas em 100 sacas de milho. Na modalidade de reassentamento em áreas individuais, as propriedades eram avaliadas individualmente. No caso do reassentamento em áreas remanescentes, o beneficiário pagaria somente o valor da terra nua que foi pago quando da indenização do antigo proprietário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na introdução desta monografia, a escolha do tema de pesquisa surgiu a partir de duas motivações pessoais. Embora a construção da UHDF tenha ocorrido há mais de uma década, observa-se que a discussão em torno do assunto não cessa devido à construção de outros empreendimentos em outras regiões do País, causando problemas de toda ordem. Recentemente ganharam notoriedade nacional as divergências perante a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará, alertando a população em geral sobre as consequências de um empreendimento deste porte, suscitando questionamentos quanto à degradação ambiental e ao deslocamento compulsório da população afetada pelo reservatório. Desta forma, foi possível perceber que o tema continua sendo importante e atual por envolver tanto a necessidade de produção de energia elétrica como a luta dos atingidos diante do deslocamento involuntário.

O segundo, mas não menos importante, motivador para esta pesquisa advém de um interesse pessoal em sistematizar as informações a respeito do processo de desapropriação ocorrida com a implantação da UHDF. Naquela ocasião, meus familiares também foram atingidos pela barragem e tiveram que desocupar a área na qual viviam há vários anos.

Assim sendo, a indagação principal a ser respondida com a realização desta pesquisa foi: de que forma ocorreu a participação do MAB no processo de desapropriação de áreas para a construção da Usina Hidrelétrica Dona Francisca? Em busca de respostas, parte desta pesquisa contemplou o relato de pessoas ligadas ao MAB naquela ocasião.

A história oral se mostrou como uma técnica capaz de dar voz aos sujeitos – protagonistas ou testemunhas – e que possibilita a reconstrução da História por meio dos relatos individuais ou coletivos (FERREIRA; AMADO, 2006). Realizaram-se, então, entrevistas com algumas pessoas que auxiliaram na organização do MAB naquela Região, como Jeni Folgiarini, Élio Nereu Dias Pereira, José Carlos Folgiarini Moreira, Elso Moreira Machado e Geni Andrioli. Certamente muitas outras pessoas também protagonizaram aquela mobilização em busca de justiça, mas fez-se uma delimitação considerando as pessoas que se envolveram diretamente nas negociações.

Quando Geni Andrioli, representando o MAB, chegou à Região de Dona Francisca, seu principal objetivo foi de levar o conhecimento que tinha sobre a desapropriação para fins de construção de usinas hidrelétricas. Segundo sua entrevista, seu primeiro contato com esse

tipo de organização ocorreu quando ele foi desapropriado pela Usina Hidrelétrica de Itá. Tratava-se, então, de um atingido auxiliando outros atingidos a lutarem por justiça diante de uma barragem a ser instalada em suas terras sem qualquer consulta ou permissão. Tratava-se se uma troca de experiência entre pessoas que conheciam o sentimento de insegurança por ter que abandonar seu modo de vida e começar (tudo) diferente.

Ao longo da pesquisa ficou visível a luta pelos direitos dos atingidos. Uma luta que começou na articulação entre as comunidades atingidas através de pequenas reuniões, até as ocupações realizadas no canteiro de obras da Usina, pois os valores indenizatórios apresentados pela construtora não condiziam com o preço de mercado das propriedades e, principalmente, com o que a propriedade representa para as famílias.

Os representantes da comissão de negociação entrevistados destacaram que graças às articulações do povo, juntamente com a pressão exercida no canteiro de obras da barragem, conquistaram-se acordos que garantiram aos agricultores o ressarcimento das terras e das benfeitorias, assim como direito de reassentamento em condições íntegras para cada família desapropriada.

É válido lembrar que as populações que vivenciam este processo têm suas vidas modificadas antes, durante e depois da implantação desses empreendimentos. Os efeitos não ocorrem somente na época da construção da Usina. Eles foram sentidos no tempo e no espaço e irão acompanhar os desapropriados para sempre.

Na verdade, as consequências puderam ser percebidas muito antes da construção da UHDF ser efetivamente iniciada. O fato é que no momento em que surgiu a probabilidade das áreas serem alagadas, houve a minimização ou até mesmo a interrupção de alguns investimentos e serviços públicos. Muitas escolas acabaram fechando, aumentou o descaso com a infraestrutura em muitas comunidades, onde estradas, pontes e até mesmo a instalação de redes de transmissão de energia elétrica deixaram de ser realizadas, mesmo que parte dos moradores ainda não tivesse acesso à energia elétrica.

Neste caso, a notícia sobre a construção de uma barragem apresenta mudanças no cotidiano dos atingidos, fazendo com que os mesmos façam questionamentos e pensem em várias possibilidades. Verifica-se que com a construção de uma usina hidrelétrica, muitos atingidos tendem a questionar e lamentar a perda de suas propriedades, de seu meio de vida e sua forma produção. Outros, no entanto, podem entender o empreendimento como uma possibilidade de mudança positiva, seja em um deslocamento para outra região, ou em relação a um novo padrão socioeconômico, advindo do valor recebido pela venda e indenização de seus imóveis.

Portanto, fica evidente que a atuação do MAB na Região da UHDF foi de resguardar o direito dos atingidos, pois a população afetada por esse tipo de empreendimento possui uma trajetória de vida marcada por inúmeras transformações, sobretudo pela perda de seu local de residência e trabalho, sendo obrigados a se adaptar ao novo. Importa destacar que as indenizações conquistadas não compensam as perdas causadas pela desagregação das comunidades locais, pelo afastamento de relacionamentos sociais, alteração nas culturas, etc. Entretanto, a conquista do direito de ser indenizado conforme o valor de mercado de sua propriedade, de certa maneira, ameniza parte dos prejuízos que aquela população sofreu.

Nesse sentido, o principal objetivo desse trabalho foi investigar a atuação do MAB junto aos atingidos pela barragem, considerando que ele auxiliou no processo de organização das famílias que seriam desapropriadas e na luta por indenizações mais justas e condições de trabalho e residência.

Para tanto, foi importante compreender elementos que antecederam a implantação da UHDF, através de um panorama histórico a respeito da construção de barragens para fins hidrelétricos no Brasil. A pesquisa sobre os movimentos sociais, por sua vez, apresentou a importância dos mesmos, a formação do MAB e sua atuação diante de empreendimentos que deslocam compulsoriamente milhares de pessoas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Resolução n. 117, de 23 de abril de 1998. Disponível em: < <http://www.aneel.gov.br/cedoc/res1998117.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

ATINGIDOS de D. Francisca deixam canteiro de obras. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 27 out. 2000. Disponível em:<<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A106/N27/HTML/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

ATINGIDOS por barragem serão reassentados. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 20 mar. 1999. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A104/N171/HTML/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

BÖCK. E. UHE - Barragem Dona Francisca. Agudo. 1998. Disponível em: <<http://www.oocities.org/br/agudors/barragemseparte.htm>>. Acesso em: 24 out. 2014.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 31 nov. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 30 dez. 2014.

BRASIL. Lei n. 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, 14 dez. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7170.htm>. Acesso em: 05 nov. 2014.

CORRÊA. M. Aneel dá concessão para nova usina. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 31 ago. 1998. Disponível em:<<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/26717.gif>>. Acesso em 23 nov. 2014.

DOCUMENTÁRIO resgata história dos primeiros reassentamentos do MAB. In: MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens (MAB). São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/document-rio-resgata-hist-ria-dos-primeiros-reassentamentos-do-mab>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

MEMÓRIA da eletricidade. **Linha do tempo**. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.memoriadaeletricidade.com.br>> Acesso em: 02 nov. 2014.

ELETROBRAS. **Quem Somos**. Disponível em <<http://www.eletrobras.co> > Acesso em: 02 nov. 2014.

ESTADO reassentará atingidos por barragem. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 26 nov. 1999. Disponível em:< <http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N57/HTML/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

FARENZENA, D. **Organização do espaço e conflitos ambientais no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Dona Francisca - RS.** 2006. 72 f. Trabalho de Graduação (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. Apresentação. In: **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GEHLEN, Ivaldo. **Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do Sul.** Cadernos de Sociologia, n. 6. Porto Alegre, PPGS-UFRGS, 1994, p. 154 - 176.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2013.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 3ª ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007.

INAUGURADA Usina Hidrelétrica de Dona Francisca. **Diário popular.** Pelotas, 22 mai. 2001. Disponível em <http://srv-net.diariopopular.com.br/22_05_01/ef210509.html>. Acesso em: 06 mai. 2014.

KUCZKOWSKI, C. O movimento dos Atingidos por Barragens: uma revisão. In: QUEVEDO, J; MARCIA, Z. I. G. (Org.). **Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização.** Santa Maria: MILA, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007. p. 273-291.

KONRAD, D. A. Ampliando a concepção, a pesquisa e o ensino sobre a história dos movimentos sociais e políticos no Brasil. In: QUEVEDO, J; MARCIA, Z. I. G. (orgs.). **Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização.** Santa Maria: MILA, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1994.

LOCATELLI, C. **Comunicação e barragens.** O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas. Florianópolis: Insular, 2014.

MAB deixa canteiro da usina Dona Francisca. **Correio do Povo.** Porto Alegre, 25 nov. 1999. Disponível em:<<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N56/HTML/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

MARQUES, M. M. S. **A identidade água abaixo: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca – RS.** 2005. 94 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2005.

MINAYO, M. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **História do MAB.** Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/?q=content/5-novas-perspectivas-na-virada-do-s-culo-mais-luta-popular>> Acesso em: 28 out. 2012.

NOAL, T. N. **Análise da efetivação das medidas prognosticadas no EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, Rio Grande do Sul.** 2012. 113 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

PALUDO, Conceição. **A Educação Popular em Busca de Alternativas – uma leitura desde o campo democrático e popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PINHEIRO, M. F. B. **Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países.** 2007. 204 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PRATES, C. **Impactos socioambientais da Usina Hidroelétrica Dona Francisca.** 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

QUEVEDO, J. R. A perspectiva de compreensão da América Latina a partir de seus Movimentos Sociais como possibilidade de percepção da integração. In: QUEVEDO, J; MARCIA, Z. I. G. (orgs.). **Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização.** Santa Maria: MILA, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007. p. 97-116.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11.103, de 22 de janeiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a alocar recursos para custear despesas decorrentes de desapropriações. PALÁCIO PIRATINI, Porto Alegre, RS, 22 de janeiro de 1998. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=7013&hTexto=&Hid_IDNorma=7013>. Acesso em: 30 out. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 37.545, de 08 de julho de 1997. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação (06) seis áreas de terras situadas nos municípios de Agudo, Ibarama... PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 08 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=8783&hTexto=&Hid_IDNorma=8783>. Acesso em: 30 out. 2014.

SILVA, A. M. **Mulheres em movimento: luta e resistência contra barragens.** 2007. 228 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

SACALABRIN, L. G. Ao longo dos anos conquistamos vitórias, mas ainda não conquistamos direitos. In: MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens (MAB). São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ao-longo-dos-anos-conquistamos-vit-rias-mas-ainda-n-conquistamos-direitos>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

SACALABRIN, L. G. A ditadura militar estabeleceu o modelo de violação de direitos humanos nas barragens que perdura até hoje. In: MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens (MAB). São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ditadura-militar-estabeleceu-modelo-viola-direitos-humanos-nas-barragens-que-perdura-hoje>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINER, C. B. Águas para a vida, não para a morte. **Observatório Socioambiental de Barragens**. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicações>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

ZEN, E. L. **Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens**. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de Brasília: UnB, 2007.

ZONIN, V. P. **Atingidos por barragens e a política do setor elétrico nacional: estudo dos casos Machadinho (RS) e Itá (SC)**. 1994. 274f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1994.

Entrevistas

ANDRIOLI, Geni. Depoimento [19 out. 2014]. Entrevistador: Samuel Antônio Folgiarini Moreira. São José do Cerrito/SC, 2014. Entrevista concedida para a pesquisa monográfica.

FOLGIARINI, Jeni Luiza. Depoimento [05 jul. 2014]. Entrevistador: Samuel Antônio Folgiarini Moreira. Júlio de Castilhos/RS, 2014. Entrevista concedida para a pesquisa monográfica.

MACHADO, Elso. Depoimento [05 jul. 2014]. Entrevistador: Samuel Antônio Folgiarini Moreira. Pinhal Grande/RS, 2014. Entrevista concedida para a pesquisa monográfica.

MOREIRA, José Carlos. Depoimento [06 jul. 2014]. Entrevistador: Samuel Antônio Folgiarini Moreira. Tupanciretã/RS, 2014. Entrevista concedida para a pesquisa monográfica.

PEREIRA, Élio Nereu Dias Pereira. Depoimento [05 jul. 2014]. Entrevistador: Samuel Antônio Folgiarini Moreira. Tupanciretã/RS, 2014. Entrevista concedida para a pesquisa monográfica.

APÊNDICES

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - APOIO E LUTA POR JUSTIÇA:
ESTUDO DO CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA, RS

Pesquisador: Samuel A. Folgiarini Moreira (Aluno da Especialização em História do Brasil).

Tel: (55) 8442-7332; e-mail: samuefolgiarini@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad, professor do Departamento de História -UFSM

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, bem como ter respondidas todas as suas dúvidas quanto ao meu trabalho.

Esse estudo se propõe a investigar o processo de implantação da Usina Hidrelétrica Dona Francisca e a desapropriação dos atingidos pelo reservatório, levando em consideração a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens durante o processo de desocupação e indenização.

Para alcançar o objetivo dessa pesquisa, serão realizadas entrevistas com um roteiro, o qual o(a) senhor(a) terá liberdade para responder como quiser. Essa entrevista será realizada por meio de uma conversa no local que mais agradar a você. Caso o(a) senhor(a) autorize, a entrevista será gravada. Após seu consentimento o registro da gravação será utilizado para a pesquisa.

Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você, mas sua cooperação é de extrema importância para o meu trabalho. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem

divulgados em qualquer forma.

Este TERMO, em duas vias, é para certificar que eu concordo em participar desta pesquisa científica e declaro que recebi cópia do presente **Termo de Consentimento**. Declaro que sei que a minha participação é voluntária e livre, não acarretará nenhum risco físico ou moral. Todas as conversas serão desgravadas após o término da pesquisa, sendo que as falas serão identificadas por códigos. Estou ciente que sou livre para recusar a dar respostas a determinadas questões durante as entrevistas. Sei que, além do pesquisador, o material coletado na entrevista será de conhecimento do Professor Orientador, sendo o meu nome omitido e esta pessoa estará submetida às normas do sigilo profissional. O relatório final estará disponível para todos quando estiver concluído o estudo, inclusive para apresentação em encontros científicos e publicação em revistas especializadas, podendo conter falas da entrevista, de modo anônimo, garantindo o anonimato. Finalmente, estou ciente de que serei respeitada quanto a minha privacidade e autonomia.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____
_____ estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Assinatura Pesquisador responsável

_____, _____ de _____ de 2013.
(Local)(Data)

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009 Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep.

Apêndice B

PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A. Identificação:

B. Você foi atingido pela implantação da UHDF. Como foi sua participação no processo de organização e representação dos atingidos? Relate aquele processo.

C. Como você avalia a participação do MAB naquele processo?

ANEXOS

Anexo 01 - A



Anexo 01 - B



Ocupação do canteiro de obras da UHDF
Fonte: Acervo pessoal de Anselma Folgiarini Broglio

Anexo 02

O MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens é um movimento popular de massa que visa organizar toda população ameaçada ou atingida para lutar contra a construção de grandes hidrelétricas, bem como, para garantir seus direitos, principalmente o direito a terra, forçando e contribuindo na construção de um novo modelo energético.

A história do MAB está sendo construída pela participação integral na vida do movimento das populações atingidas que são na sua maioria sem terras, pequenos proprietários, povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores.

NOSSA FORMA DE ORGANIZAÇÃO:

Visando aumentar e melhorar a participação da população atingida na vida do movimento, ampliar a democracia nas decisões, bem como, melhorar a divisão de nossas tarefas definimos que a forma de organização do MAB é através dos pequenos grupos de base. Estes grupos contam com a participação de 05 a 10

famílias, sendo que cada grupo definirá um coordenador e uma coordenadora. Os(as) Coordenadores(as) de Grupos de Base de uma Região atingida formam as Coordenações Regionais.

A população organizada na Base participa das demais Instâncias Organizativas do MAB que são o Congresso Nacional, Plenária Nacional e Direção Nacional.

NOSSAS BANDEIRAS DE LUTA:

- CONTRA A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS HIDRELÉTRICAS.
- PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS.
- PELA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO ENERGÉTICO.
- CONTRA O MODELO CAPITALISTA NEOLIBERAL E PELA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POPULAR PARA O BRASIL.

NOSSOS PRINCIPAIS DESAFIOS:

1. Prosseguir no Trabalho de Organização da Base.
2. Buscar a Formação e Informação dos Militantes do MAB

O MAB entende que a formação e informação dos atingidos é um processo permanente e condição fundamental para que estes tornem-se sujeitos na construção de sua história.

3. Articular Alianças e Apoios
4. Promover Lutas e Mobilizações de Massa

O MAB busca se articular com os demais movimentos e entidades sociais, sindicais e ambientalistas, universidades e ONGs que sejam parceiros e apoiadores de suas bandeiras de luta.

A nossa experiência tem mostrado que todos os avanços e conquistas que tivemos ocorreram através das lutas. Por isso entendemos que além de organizar a base, tomar consciência da realidade, termos propostas concretas e estarmos articulados, é necessário realizar lutas concretas, para que nossas bandeiras deixem de ser propostas para virarem realidade. Este processo além de educativo, torna as pessoas sujeitas de suas conquistas. Temos o dia 14 de Março como Dia Internacional de Luta dos Atingidos por Barragens.

NOSSA ESTRATÉGIA: CONSTRUÇÃO DO PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

Entendemos a luta dos atingidos por barragens como parte da luta maior dos excluídos e da classe trabalhadora na construção de uma nova sociedade e de um Projeto Popular para o Brasil. O projeto Capitalista Neoliberal tem agravado a exclusão social e aumentado ainda mais a concentração das riquezas, incluindo a água e a energia, nas mãos de poucos. Necessitamos construir com o povo, o projeto do povo, baseado em novos valores e princípios.

"O povo faz a mudança. Nossa força está no número de companheiros organizados para fazê-la".

BRASIL!
ÁGUAS PARA VIDA
NÃO PARA MORTE!

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB

Rua Silveira Martins, 133 - Conjunto 22
Praça da Sé - São Paulo - SP
01019-000 - Telefax: (11) 3242-1328
Telefax: (54) 522-1857
E-mail: mab@mabnacional.org.br
Site: www.mabnacional.org.br

MAB
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

BRASIL!
ÁGUAS PARA VIDA
NÃO PARA MORTE!

Uma história de lutas e conquistas.

Panfleto de divulgação do MAB

Fonte: Acervo pessoal de Anselma Folgiarini Broglio

Anexo 03 - A

Sistema de Processamento de Informações
Usina Hidrelétrica Dona Francisca

Data: 24/02/2000
Hora: 04:11:46

Relatório Individual da Propriedade

BENFEITORIAS DE:

1 - Terra Nua

Área atingida

Áreas de encosta - Área atingida	0,0000 ha	R\$0,00
Áreas de meia encosta - Área atingida	0,0000 ha	R\$0,00
Áreas planas - Área atingida	0,0000 ha	R\$0,00
Sub-total Área atingida		R\$0,00

Área remanescente

Áreas de encosta - Área remanescente	0,0000 ha	R\$0,00
Áreas de meia encosta - Área remanescente	0,0000 ha	R\$0,00
Áreas planas - Área remanescente	0,0000 ha	R\$0,00
Sub-total Área remanescente		R\$0,00

Total de Terra Nua		R\$0,00
---------------------------	--	----------------

2 - Benfeitorias Reprodutivas

Área atingida

Cana de açúcar	0,0560 ha	R\$72,18
Frutíferas	55,0000 pés	R\$639,88
Outras culturas permanentes	2,0000 pés	R\$0,60
Área de Japão	39,0000 pés	R\$104,25
Sub-total Área atingida		R\$816,91

Área remanescente

Frutíferas	42,0000 pés	R\$420,01
Sub-total Área remanescente		R\$420,01

Total de Benfeitorias Reprodutivas		R\$1.236,92
---	--	--------------------

3 - Benfeitorias Não Reprodutivas - Casas e Paiois

Área atingida

CASA DE ALVENARIA S/ANEXO	75,3000 m2	R\$16.893,46
PAIOL DE MADEIRA C/ANEXO	74,2600 m2	R\$4.486,00 (6.124)
Sub-total Área atingida		R\$21.379,46

Área remanescente

Não possui casas e/ou paiois	0,0000	R\$0,00
Sub-total Área remanescente		R\$0,00

Total de Benfeitorias Não Reprodutivas - Casas e Paiois		R\$21.379,46
--	--	---------------------

4 - Benfeitorias Não Reprodutivas - Rústicas

Área atingida

BASE PARA ANTENA PARABÓLICA	0,5000 m/m3	R\$19,74
FORNO DE COZER PÃO	1,0000 unid	R\$56,30
FOSSA	16,0000 m2	R\$363,34
GAIOLA	1,6000 m2	R\$112,71

relatório individual da propriedade.rpt

Página 3

Relatório Individual da Propriedade

Fonte: Acervo pessoal de colaborador

Anexo 03 - B

Sistema de Processamento de Informações Usina Hidrelétrica Dona Francisca		Data: 24/02/2000 Hora: 04:11:47	
Relatório Individual da Propriedade			
Sub-total Área atingida			R\$552,09
Área remanescente			
AÇUDE	96,0000 m3		R\$422,40
GÁLPÃO ABERTO	51,7500 m2		R\$1.794,53 (2.550)
Sub-total Área remanescente			R\$2.216,93
Total de Benfeitorias Não Reprodutivas - Rústicas			R\$2.769,02
5 - Benfeitorias Não Reprodutivas - Cercas			
Área atingida			
cercas de arame	624,0000 m2		R\$829,03
cercas de tela	101,0000 m2		R\$707,46
colocação de fios	101,0000 m2		R\$36,40
Sub-total Área atingida			R\$1.572,89
Área remanescente			
cercas de arame	339,0000 m2		R\$508,03
Sub-total Área remanescente			R\$508,03
Total de Benfeitorias Não Reprodutivas - Cercas			R\$2.080,92
TOTAL AVALIADO			R\$27.466,32
<p>Park Campênis → R\$ 6.693,65</p> <p>R\$ 34.159,97</p>			
relatório individual da propriedade.rpt		Página 4	

Relatório Individual da Propriedade
Fonte: Acervo pessoal de colaborador

Anexo 04

Fotografia: Residência - reassentamento em lote individual em área coletiva (Tupã I - Tupanciretã/RS)

Fonte: Acervo pessoal de Anselma Folgiarini Broglio

Anexo 05

Fotografia: Agrovila em construção – reassentamento Tupã I/ Cachoeirinha (Tupanciretã/RS)

Fonte: Acervo pessoal de Élio Nereu Dias Pereira

Anexo 06

Fotografia: Agrovila – reassentamento Tupã I/Cachoeirinha (Tupanciretã/RS)

Fonte: Acervo pessoal de Anselma Folgiarini Broglio